



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Palmira Maciel Fernandes da Costa](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Moção de Censura n.º 1/XVII/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 550/XVII/1.ª a 552/XVII/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 725/XVII/1.ª a 731/XVII/1.ª.

Na abertura do debate da Moção de Censura n.º 1/XVII/1.ª

— Pelo fim de um Governo sem integridade, liderado por um Primeiro-Ministro sob suspeita grave, intervieram o Deputado [André Ventura](#) (CH) e o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro).

No debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, os Deputados [Hugo Soares](#), [Isaura Morais](#), [Carla Barros](#), [António Rodrigues](#), [Andreia Neto](#), [João Vale e Azevedo](#), [Gonçalo Lage](#), [Miguel Guimarães](#), [Eva Brás Pinho](#), [Ofélia Ramos](#), [Dulcineia Catarina Moura](#), [Almiro Moreira](#), [Pedro Alves](#), [Regina Bastos](#) e [Cristóvão](#)

[Norte](#) (PSD), [Pedro Nuno Santos](#) (PS), [Rui Rocha](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Rui Tavares](#) (L), [António Filipe](#) (PCP), [Pedro Pinto](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rita Matias](#) (CH), [André Pinotes Batista](#) (PS), [Rui Afonso](#), [Eduardo Teixeira](#) e [Rui Cristina](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Mariana Vieira da Silva](#) (PS), [Emídio Guerreiro](#) (PSD), [Isabel Ferreira](#) e [Miguel Matos](#) (PS), [Cristina Rodrigues](#) (CH) e [Alexandra Leitão](#) (PS).

No encerramento do debate, proferiram intervenções o Primeiro-Ministro e o Deputado [André Ventura](#) (CH), tendo, no final, a moção de censura sido rejeitada por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 49 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos dar início à nossa sessão.

Eram 15 horas.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade para abrirem as galerias, para dar acesso ao público que deseja assistir aos nossos trabalhos.

Também peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler o expediente.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, várias iniciativas legislativas.

Começo por referir os Projetos de Lei n.ºs [550/XVII/1.^a](#) (PS), [551/XVII/1.^a](#) (PAN) e [552/XVII/1.^a](#) (IL).

Deram também entrada os Projetos de Resolução n.ºs [725](#), [726](#), [727](#) e [728/XVII/1.^a](#) (L), [729/XVII/1.^a](#) (CH), [730](#) e [731/XVII/1.^a](#) (PS).

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Secretário. Como é prática parlamentar, vou dar a indicação de como é que vão decorrer os nossos trabalhos.

Já foi feita a distribuição às direções dos grupos parlamentares, portanto, todas têm já disso conhecimento, mas a boa prática parlamentar diz que eu o devo dar a conhecer, também para que o público que assiste possa saber como é que os nossos trabalhos vão decorrer.

Pedia só aos Srs. Deputados o favor de permitirem que eu possa fazer esta leitura sem grande esforço, para que seja compreendida, nomeadamente por quem está nas galerias e não consegue ouvir com a mesma qualidade dado o distanciamento em relação à Mesa.

Iremos ter um momento de abertura, que é feito, em primeiro lugar, pelo proponente da moção de censura, sendo que o Sr. Primeiro-Ministro tem o direito a intervir imediatamente após essa primeira intervenção.

Seguir-se-á o período de debate. Haverá pedidos de esclarecimento relativos às intervenções do proponente da moção e/ou do Sr. Primeiro-Ministro, dispondo cada grupo parlamentar de 5 minutos para formular o primeiro pedido de esclarecimento, a partir do qual vigorará a regra habitual dos 2 minutos. Portanto, para o primeiro pedido de esclarecimento estarão 5 minutos disponíveis.

Os pedidos de esclarecimento ao proponente da moção e/ou ao Sr. Primeiro-Ministro ocorrem por ordem de inscrição, como habitualmente.

Os oradores a quem sejam pedidos esclarecimentos gerirão livremente a maneira de responder, nos termos regimentais, sem prejuízo de poderem responder em igual tempo ao primeiro pedido de esclarecimento.

Nos termos também regimentais, dispõe-se que o tempo gasto com os pedidos de esclarecimento e a respetiva resposta, protesto ou contraprotestos, é considerado no tempo atribuído ao grupo parlamentar a que pertence o Deputado.

As intervenções também ocorrem por ordem de inscrição.

Para o encerramento, a intervenção do Governo será seguida de intervenção do proponente da moção de censura.

Findo o debate, passa-se imediatamente à votação, salvo se algum dos grupos parlamentares requerer tempo, até uma hora, como dispõe o respetivo Regimento, para que a votação ocorra.

A votação vai ser eletrónica, porque exige a maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções.

No que respeita aos Srs. Deputados que participam remotamente, os mesmos serão chamados a votar nominalmente, nos termos também do nosso Regimento.

Será assim que irá decorrer este nosso debate de hoje.

Vamos então dar início à nossa sessão. Para a primeira intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, do Chega, que dispõe de 12 minutos. Passo-lhe a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A razão que nos traz aqui hoje é uma e só uma — é a incapacidade, a falta de transparência e a obstinação de um Primeiro-Ministro em não responder a quem tem de responder, em não responder na sede em que tem de responder, mas sobretudo em não responder à única entidade a quem tem sempre de dar resposta, ao povo português.

Muitos dirão que esta moção era desnecessária. Há uns dias, todos diriam que era desnecessária. Hoje, uma grande parte do País reconhece que é a única forma de obrigar este Primeiro-Ministro, num caso que nem sequer é de todos, mas dele próprio, a vir ao Parlamento prestar esclarecimentos ao povo português que o elegeu e não ao povo brasileiro, cabo-verdiano, guineense ou a qualquer outro.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É aqui, em Portugal, que deve dar esclarecimentos.

Aplausos do CH e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

É um Primeiro-Ministro que procurou ignorar o que era evidente: um caso de incompatibilidade patrimonial, flagrantemente evidente à vista de todos, que o próprio Primeiro-Ministro não teria sabido gerir.

É um Primeiro-Ministro que me respondeu a mim, ali sentado, no Parlamento, que um seu Secretário de Estado havia cometido uma imprudência ao ter uma sociedade imobiliária quando o Governo se preparava para aprovar a lei dos solos. Mas já lá vamos, porque o tempo hoje é para mostrar isso mesmo.

Que Governo é este e como é que chegámos aqui?

Chegámos aqui porque o Primeiro-Ministro fugiu a dar explicações, e este Parlamento, ao contrário do sistema que se habituou, durante 50 anos, a proteger o Primeiro-Ministro ou qualquer membro do Governo, teve a coragem de dizer, olhos nos olhos aos portugueses, que o sistema já não está a funcionar e que o Sr. Primeiro-Ministro, quer queira quer não queira, tem de vir dar explicações à Casa da democracia, porque é nesta Casa que ele é eleito e é a ela que ele deve responder.

Aplausos do CH e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Que Governo é este, chegado aqui?

É um Governo que já conseguiu, em poucos meses, bater o recorde de nomeações de cargos políticos que o próprio Partido Socialista já tinha batido. Sobre os ombros deste Governo estão 26,4 mil cargos políticos, à hora a que aqui falamos.

É um Governo que olhou para o lado e continuou a fazer tudo aquilo que de errado o PS tinha feito, na imigração, no caos da saúde, na nomeação de amigos e colaboradores para cargos da Administração Pública. E hoje que aqui chegámos, substituímos apenas o cartão rosa pelo cartão laranja,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... no mesmo espírito de promiscuidade que marcou a República nas últimas décadas, em Portugal.

Aplausos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, chegámos aqui porque este Governo se tornou uma agência de empregos e não um Governo a trabalhar por Portugal. Chegámos aqui porque o Governo, à hora a que aqui estamos, olhando para todos, mais parece uma agência da RE/MAX do que uma agência que governa Portugal.

Aplausos do CH e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, nada pessoal me move contra si.

Risos de Deputados do PSD.

E o que espero é que este debate possa ser hoje do esclarecimento único de que os portugueses precisam e que exigem.

Quando e por que razão constituiu uma sociedade imobiliária?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ainda não sabes?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quando e por que razão diz que a vendeu, mas quem a comprou ou quem a vendeu não o declarou como tal, nem pagou mais-valias sobre essa venda?

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Por isso deu uma quota, mas deu-a a alguém com quem vive patrimonialmente, sabendo bem que não pode transmitir património dentro do seu próprio património.

Um desafio que hoje é fácil de fazer: pegar no telemóvel, ligar para o número onde esta empresa está sediada e o único número que tem. Fiz isso esta manhã.

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Imaginem de quem é o número de telefone.

Não. O número de telefone não é de nenhum gestor da empresa. O número de telefone não é de nenhum sócio, outro ou longínquo. O número de telefone não é de nenhum proprietário de outra terra qualquer. O número de telefone desta empresa, que alegadamente foi transmitida, vendida ou cedida, é deste homem que está aqui, é Primeiro-Ministro de Portugal e tem o seu contacto na empresa que diz que cedeu.

Aplausos do CH e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Sr. Primeiro-Ministro, paga 4000 € de renda nesta sociedade, uma sociedade que tem sede na sua própria casa. Porque paga renda, se vive no local onde esta empresa está?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ai, meu Deus!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Porque paga renda, se a empresa de que estamos a falar tem sede na sua própria morada e na sua casa? Paga a quem? Paga como? Pagou quantas vezes? Quem recebeu?

O Sr. Primeiro-Ministro apressou-se a dizer o que era importante e necessário: esta empresa nunca fez contratos públicos, nem nunca adjudicou dinheiro público.

Então, Sr. Primeiro-Ministro, se assim é, porque não nos diz hoje quem foram os clientes desta empresa? Quem pagou faturas de acima de 600 000 € ou de 700 000 €? Quem são estes homens e mulheres? Quem são estas empresas? Porque pagaram e como pagaram? Mas, sobretudo, que relação têm com o Estado, se algum dia receberam dinheiro público?

E porque é que, Sr. Primeiro-Ministro, em nome do que é mais sagrado em democracia, já como Primeiro-Ministro, alterou o objeto de uma sociedade que não ia usar, que não queria usar e que sabia que não iria usar? Então, porque é que o alterou? Por uma única razão: porque sabia que podia vir a fazer negócios nesta área.

Vozes do PSD: — Ah...!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, o dia de hoje é o dia certo, perante o Parlamento e perante o País, de dizer quem foram, quanto lhe pagaram, como lhe pagaram, que relação têm estas sociedades com o País, sobretudo com o Estado e com o dinheiro público.

É que um Primeiro-Ministro não pode nunca estar sob suspeita, e não pode um Primeiro-Ministro dizer que criou um pequeno negócio de unidade familiar, para gerir uma herança, com faturas acima de 600 ou 700 000 €, o seu número de telefone constar neste contacto, ter cedido quotas ao seu próprio património e não sabermos de nenhuma cedência de quota, com mais-valias ou com pagamento.

Isto, Sr. Primeiro-Ministro, não é nenhum pedido exorbitante nem pessoal. É o esclarecimento de um Parlamento que lhe olha nos olhos e lhe diz: «Sr. Primeiro-Ministro, não tem como escapar, tem de responder ao Parlamento, tem de responder a Portugal.»

Aplausos do CH e do Deputado não inscrito Miguel Arruda.

Mas o povo costuma dizer que o que está mal tarde ou nunca se endireita. O Governo optou pelo silêncio, e ontem soubemos que outro ministro, também deste Governo, detinha 25 % de uma sociedade imobiliária,...

Vozes do PSD: — Xi!...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Constituída há 25 anos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... do mesmo Governo que retirou a confiança a Hernâni Dias por deter uma sociedade imobiliária.

Este Sr. Ministro, o Ministro da Coesão Territorial, é o mesmo ministro responsável pela lei dos solos, a mesma lei que, de forma incontornável, clara e evidente, entra em conflito com alguém que detém a 25 % uma imobiliária.

Mas ontem ouvimos mais, ouvimos em canal aberto um jornalista questionar um ministro: «Sr. Ministro, acha normal fazer ajustes diretos com um seu antigo sócio?». E recebeu a seguinte resposta: «Claro que é normal, uma vez que houve sempre concurso e eu fazia o que os serviços me diziam para fazer.»

Isto não é uma caricatura. Isto não foi inventado em nenhuma congeminação ou conspiração internacional. É um ministro deste Governo que acha normal que um membro do Governo ou um antigo autarca adjudique um seu sócio comercial para uma função pública e se mantenha em funções à hora em que estamos aqui, neste Parlamento.

Sr. Ministro, com toda a franqueza, perante o País, perante um mínimo de transparência, só há mesmo um caminho, que é sair enquanto ainda pode dar alguma dignidade a este Governo!

Aplausos do CH.

A Sr.^a Ministra da Justiça, *idem*, e a Sr.^a Ministra do Trabalho, *idem* também. Por isso, a agência RE/MAX — passo a publicidade — está aqui hoje bem expressa.

O que fazer, aqui chegados? Há dois caminhos possíveis. Um: ignorar, tal como o sistema fez durante 50 anos; olhar para o lado e fingir. Ouvimos do líder do Partido Socialista, Pedro Nuno Santos, esta frase extraordinária: «Amanhã não vou falar. Não vou falar porque não vou valorizar uma moção de censura em que não acredito. Não vou falar para não valorizar a moção do Chega.»

Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, não é por isso que não vai falar. Não vai falar porque o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos se habituou, como o seu partido, durante 50 anos, à mesma falta de esclarecimentos, à mesma promiscuidade, à mesma corrupção, à mesma falta de vergonha que o outro partido que governa Portugal! É por isso que não vai falar.

Aplausos do CH.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma moção de censura é sempre um ato definitivo...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Definitivo?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e um ato grave. É quando o Parlamento de um país diz ao seu Governo que está na hora de dar explicações ou sair. Está na hora de ser escrutinado ou não aceitar esse escrutínio e sair.

Durante dias, o País pediu estes esclarecimentos, a oposição pediu estes esclarecimentos, mas o Primeiro-Ministro de Portugal estava mais preocupado em abraçar Lula da Silva...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... do que em dar os esclarecimentos ao País — ao País sério e ao País real —, que exigia estes esclarecimentos.

Sr. Primeiro-Ministro, não sei se alguma afinidade há entre o Sr. Primeiro-Ministro e o Presidente da República Federativa do Brasil. Eu quero acreditar que não. O País quer acreditar que não. Mas em nome da democracia, peço-lhe que deixe claro, hoje, aqui, a este Parlamento e a este País, que é mesmo um homem sério.

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, que também dispõe de 12 minutos para a sua intervenção.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Luís Montenegro): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Esta moção de censura é sobre o Primeiro-Ministro. É sobre a minha vida profissional e patrimonial. É sobre o meu carácter e a minha honra.

Há muitos anos que sou alvo de ataques estranhos e violentos que nunca percebi se eram originados por maldade pura, por inveja ou pelo susto que alguém pudesse sentir por me apresentar tão livre e independente.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O que acabo de dizer não diminui em nada a minha total sujeição a um escrutínio democrático e justo. Sei que se ele for democrático e justo é legítimo e saudável.

Nestes anos, nunca me queixei da violência das suspeições injustificadas. Dei as explicações que muitos não quiseram ouvir ou compreender e esperei sereno o veredito das autoridades judiciais, que arquivaram, por falta de fundamento, os inquéritos abertos na sequência de denúncias anónimas.

Agora, velhas e novas questões me são colocadas. Vou direto ao assunto.

Em primeiro lugar, a criação da Spinumviva. Eu estava fora da política ativa, tinha solicitações e intervenções empresariais que extravasavam o reduto da advocacia. Tendo dois filhos que optaram por não seguir Direito, mas Gestão e Administração de Empresas; tendo eu próprio adquirido uma especialização em Gestão e tirado uma pós-graduação em Proteção de Dados Pessoais; e tendo, ainda, procedido a partilhas familiares que fizeram ingressar no meu património um conjunto de propriedades urbanas e rústicas em trajetória de degradação e abandono, mas com potencial de valorização económica, pensei e decidi nos seguintes termos: vou criar uma entidade para o trabalho fora da advocacia, envolvendo toda a família. E, das duas uma: ou não volto à política e também me dedico a essas atividades e preparo o caminho para os meus filhos, ou, se voltar à política, deposito esta parte importante da minha vida nos meus filhos que, com o controlo da mãe, não vão conseguir fazer advocacia porque não são licenciados em Direito, mas podem e devem ter um impulso para as suas próprias vidas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Com uma vantagem: de forma subliminar — dado que, em casa, todos sabem que o objetivo central do projeto é o investimento vinícola e eventualmente turístico na quinta que temos no Douro —, pode ser que ainda vá a tempo de inculcar aos meus filhos um princípio de vida que me foi legado pelos meus pais. Os meus pais não venderam nada do que receberam dos meus avós. Eu não vou vender nada do que recebi dos meus pais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E adoraria saber, um dia, que os meus filhos não sentiriam vontade de se desfazer do que era dos seus bisavós.

Assim nasceu a Spinumviva, de olho em Rabal, Bragança; em Barrô, Resende; na Penajoia, Lamego. São as minhas costelas familiares. E Spinumviva quer dizer «É de Espinho viva!», o pregão das peixeiras da terra do meu coração.

Em segundo lugar, o objeto e o absurdo da centralidade do imobiliário e ainda mais de um eventual conflito de interesses com a chamada «lei do solo». O objeto da sociedade é amplo: atividades de consultadoria de gestão; exploração agrícola, turística e empresarial; planeamento, organização, controlo, informação e gestão, reorganização de empresas; organização de eventos; consultadoria sobre atividade seguradora, proteção de dados pessoais, segurança e higiene no trabalho; política de *marketing*; gestão de recursos humanos; gestão e comércio de bens imóveis — é verdade! — próprios ou de terceiros; arrendamento e outras formas de exploração dos mesmos; exploração e produção agrícola, predominantemente vitivinícola.

Chamar a isto uma imobiliária é manifestamente despropositado,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... é manifestamente um tiro ao lado, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

E mais: entender que deter, direta ou indiretamente, participação nesta sociedade gera conflito de interesses, por si só, é absurdo. A sociedade não teve nem tem qualquer imóvel. Os imóveis que eu próprio tenho simplesmente não têm qualquer hipótese de enquadramento nas alterações legais decididas pelo Governo para os solos.

Em terceiro lugar, a faturação e os clientes. Em 2021: faturação de 67 000 € com resultados líquidos de 18 000 €. Em 2022: faturação de 415 000 €, com resultados líquidos de 240 000 €.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Isso é o que dizem as notícias!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Em 2023: faturação de 235 000 €, com resultados líquidos de 85 000 €. Estimativas para 2024: segundo os sócios, teremos uma faturação de aproximadamente 179 000 €, com resultados de 23 000 €.

O pico de faturação de 2022 e 2023 explica-se pela conjugação de dois fatores. O primeiro, e mais importante, foi que em 2022, ainda antes de assumir a presidência do PSD, eu próprio fechei e apresentei a conta final do valor devido pela prestação de serviços de reestruturação de uma empresa familiar de comércio de combustíveis que envolveu consultadoria de gestão, planeamento estratégico, apoio e formalização das respetivas operações no âmbito de processos negociais de arrendamento, fornecimento de combustíveis, embandeiramento de estações de serviço, o que se alcançou depois de várias tentativas com operadores, todos eles estrangeiros. Este trabalho, que durou mais de dois anos, foi responsável por sensivelmente metade do volume de negócios de 2022.

Os anos de 2022 e 2023 foram também os anos com maior incidência em auditorias, análises e planos de implementação na área da proteção de dados a clientes pontuais que queriam adaptar-se ao RGPD (Regulamento Geral de Proteção de Dados). Quem são esses clientes? Muitos, como acabei de dizer, foram ou são pontuais. Foi o caso de um grupo de comunicação social, de uma fábrica de equipamentos industriais ou de uma empresa de transporte de mercadorias. Os clientes-âncora e com necessidade de acompanhamento permanente são sobretudo os seguintes: uma empresa de retalho, com cerca de 2 mil funcionários e lojas físicas e *online*, onde, entre outras coisas, é gerido um ficheiro com mais de 2 milhões e meio de clientes e respetivos dados; uma empresa que gere unidades hoteleiras e um negócio físico e *online* com cerca de 500 mil clientes registados e 1200 funcionários; um estabelecimento de ensino privado, sem contratos com o Estado, com mais de 1200 alunos e mais de 200 funcionários; um grupo de farmácias com especial sensibilidade no tratamento de dados de saúde; e um grupo industrial do ramo do aço com centenas de funcionários, clientes e fornecedores.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, bem sei que não era obrigado a dizer tudo isto e bem sei que piso o risco das obrigações de sigilo comercial a que me vinculei quando exerci funções na empresa. Mas vale isto tudo para dizer que os sócios que gerem, coordenam e dão sequência ao *know-how* que lhes transmiti e que, entretanto, desenvolveram, bem como os prestadores de serviço externo que os auxiliam, realizam para estas entidades trabalhos tais como: definição, implementação e monitorização de boas práticas no tratamento de dados; correção de desconformidades; contacto com a autoridade de controlo; regras de recolha, conservação e

segurança de dados; elaboração de regulamentos e códigos de conduta, de termos de condições de utilização de plataformas digitais; ações de formação; documentos de utilização de imagem, de sistemas CCTV (*closed-circuit television*), de fichas de clientes, de atividades de *marketing*, de comportamento de mitigação de riscos; controlo dos tratamentos nas áreas dos recursos humanos — do recrutamento, da segurança e higiene no trabalho, controlo de assiduidade, seguros de saúde e serviços subcontratados.

Em quarto lugar, o destino dos lucros ou a não distribuição dos dividendos. Por decisão fundadora da empresa a que já aludi, não havendo necessidades financeiras dos sócios, os lucros estão totalmente destinados ao investimento. E temos, nesta empresa, desde a altura da sua fundação, dois objetivos em carteira: a eventual construção de uma adega e de uma unidade de turismo na quinta do Douro e um investimento numa eventual participação numa *startup* tecnológica.

Não há aqui nenhuma razão fiscal, até porque a distribuição de dividendos para os sócios da empresa iria acarretar o pagamento de uma taxa de IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) mais reduzida do que aquela que eles pagam.

Em quinto lugar, a minha renúncia à gerência e a divisão e transmissão da minha quota. No dia 30 de junho de 2022, antes de assumir a presidência do PSD, decidi libertar-me, primeiro, da responsabilidade de gerir a empresa e, depois, de assumir os encargos que advêm de deter participações sociais.

Esta transmissão é perfeitamente legal, mas faço notar que nada me impedia ou impede de deter participações sociais. E faço também notar que na minha declaração na Entidade para a Transparência consta a cotitularidade da participação da minha mulher por força do nosso regime de casamento.

Sr. Deputado, as rendas são de um ALD (aluguer de longa duração) de um veículo automóvel. Não tem nada a ver com rendas de casa, Sr. Deputado.

Risos do CH.

O telefone é o meu porque é o que consta do registo inicial. Não houve alteração do objeto. Depois de eu ser Sr. Primeiro-Ministro a única alteração que houve foi em 2024, para retirar uma parte do objeto que tinha a ver com os seguros.

O Sr. Deputado André Ventura não sabe o que diz,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sabe, sabe!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... acredita em tudo o que é escrito nos jornais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, na minha vida, até hoje, declarei tudo o que tinha a declarar, paguei tudo o que tinha a pagar, esclareci tudo o que tinha a esclarecer.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é mentira!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vou agora distribuir-vos o valor dos rendimentos do meu agregado familiar dos últimos 15 anos. Sabem o meu património e a sua origem, sabem os meus rendimentos, sabem onde moro. A partir de hoje, até sabem qual é a minha estratégia pessoal e familiar.

A partir de hoje, Sr.^{as} e Srs. Deputados, só respondo a quem for tão transparente como eu, ou seja, a quem for capaz de fazer tudo aquilo que eu fiz.

Aplausos, de pé, do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Isso dava para fazer no Brasil!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, respeitem a minha dignidade e, sobretudo, respeitem a missão que me está confiada. Por mim, estou preparado para falar de Portugal e da vida dos portugueses. Estou

preparado para continuar a dar esperança, a dar futuro, a dar uma oportunidade a cada filho de Portugal, a cada portuguesa e a cada português,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A brasileiros!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... àqueles que estão na vida ativa, àqueles que estão aposentados, àqueles que já nasceram e estão a crescer, e àqueles que ainda não nasceram e de quem estamos já a tratar do futuro. Estamos aqui por Portugal. Os senhores estão aqui apenas para fazer chicana política e por isso é que ninguém está convosco.

Risos do CH.

Vocês falam em nome de Portugal, mas não representam Portugal.

Aplausos, de pé, do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado André Ventura tem 15 pedidos de esclarecimento e já informou a Mesa que responderia à primeira pergunta individualmente e, depois, às restantes em três grupos. É assim?

Pausa.

Srs. Deputados, pedia silêncio porque não é fácil a organização.

Pausa.

Está esclarecido. Então, o primeiro inscrito para um pedido de esclarecimento é o Sr. Deputado Hugo Soares, dispondo de 5 minutos, no máximo. Seguem-se mais quatro Srs. Deputados, cada um com 2 minutos.

O Sr. Deputado André Ventura responde a este grupo de cinco pedidos de esclarecimento ao mesmo tempo, certo?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, o debate da moção de censura acabou.

Risos de Deputados do CH.

Acabou como começou.

O debate era, na verdade, Sr. Primeiro-Ministro, uma moção de autocensura que tinha um nome, Miguel Arruda, e que tinha um padrinho que se chamava André Ventura.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, devemos sempre, mas sempre, desconfiar dos desconfiados, por uma razão que o povo transmite como ensinamento de pai para filho.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Cuidado com as chamadas para Bragança!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Nós devemos sempre desconfiar dos desconfiados, porque eles se conhecem a si próprios e julgam os outros pela sua própria bitola.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O objetivo desta moção, Sr. Primeiro-Ministro, como de qualquer moção de censura, o objetivo formal — não o outro de «tapar o sol com uma peneira» —, seria derrubar o Governo e provocar eleições legislativas antecipadas.

Ficámos todos sem saber, se isso acontecesse, a que seria candidato o Deputado André Ventura. Era candidato a Presidente da República, como já havia anunciado?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quem? O Marques Mendes?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ou era candidato a Primeiro-Ministro?

Mas sabemos da coerência do Sr. Deputado André Ventura e ele certamente iria dizer-nos a que é que era candidato. A coerência do Deputado André Ventura vê-se quando há dias, Sr. Primeiro-Ministro, o acusou de ser o magnata do imobiliário e dos conflitos de interesses.

Risos do PSD e da IL.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Em Castelo de Paiva!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vejam só: a mesma pessoa que apoiou o grande magnata do imobiliário, o Sr. Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump! Com o magnata do imobiliário não há conflito de interesses, mas com o Primeiro-Ministro de Portugal podia haver conflito de interesses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, vamos falar de conflitos de interesses. Vamos falar de conflitos de interesses e das pessoas que têm vida própria, das pessoas que trabalham, que pagam impostos, que criam riqueza, que pagam salários, que são experimentadas. Ainda bem que este é um Governo de gente que trabalhou e de gente que há de trabalhar depois de sair do Governo.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas também há Deputados assim, a maior parte. Queria perguntar ao Sr. Deputado André Ventura, se o Sr. Deputado entende, por exemplo, que um Deputado — ele próprio! — que tenha uma imobiliária ou duas pode debater neste Parlamento, na especialidade,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó, ó!!

Vozes do BE e do L: — Quem será?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... apresentar propostas de alteração sobre a lei dos solos e votar?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fala com calma!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Esses Deputados estão hoje habilitados a votar uma moção de censura sobre conflito de interesses relativamente à lei dos solos?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Deputado André Ventura, o seu critério, o seu alto magistério, a sua moralidade bacoca leva ou não leva a dizer que, no seu grupo parlamentar, há Deputados que têm imobiliárias e que discutem, aqui, no Parlamento, a lei dos solos! O seu critério, Sr. Deputado, é o mesmo?

Aplausos do PSD, do BE e do CDS-PP.

É o mesmo do do Sr. Deputado que esta semana, do alto daquela tribuna, pedia ao Governo, ao País e ao Parlamento que baixassem o IVA (imposto sobre o valor acrescentado) dos tratamentos veterinários e, afinal, era veterinário?

Vozes do PSD: — Ah!...

Risos de Deputados do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ó Sr. Deputado André Ventura, vou dizer-lhe, vou responder por si...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não sou nenhuma empresa, nem tenho nenhuma clínica!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu vou responder por si: as Sr.^{as} e os Srs. Deputados do Chega têm toda a legitimidade.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Sabe porque é que têm? Porque o País precisa de gente, neste Parlamento, que conheça a vida e o mundo real, que faça a sua declaração de interesses para que todos saibamos o que está em causa, mas que possam discutir os diplomas e os assuntos que sabem.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O problema, Sr. Deputado, é que o Sr. Deputado usa um critério para uns e um critério para outros.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Demagogo!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O problema, Sr. Deputado, é que o Sr. Deputado acredita mais no *voyeurismo* de alguma comunicação social,

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ai é?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... do que em escrutinar os seus próprios Deputados.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, enquanto aguardamos pela resposta do Deputado André Ventura sobre a possibilidade ou não de ter Deputados que têm imobiliárias e que discutiram aqui a lei dos solos, queria dizer-lhe, Sr. Deputado André Ventura, que o populismo não se combate com mais populismo,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Combate-se com esclarecimento!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... o populismo combate-se com competência. Aí está o populismo, aqui está a competência.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Grande intervenção!

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos de continuar.

Para o segundo pedido de esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isaura Morais, do PSD, por 2 minutos.

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André «Censura», não o ouvi daquela tribuna...

Risos de Deputados do PSD.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, essa não é a forma urbana de se dirigir ao Sr. Deputado André Ventura e, portanto, peço-lhe que não a volte a repetir.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — Registo, Sr. Presidente.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Dizia eu que não ouvi, daquela tribuna, o Sr. Deputado fazer uma única censura à ação do Governo. Por isso pergunto, Sr. Deputado, se censura o complemento solidário para idosos que, desde junho a dezembro, aumentou em 60 000 beneficiários?

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Mais um subsídio!

A Sr.^a **Isaura Morais** (PSD): — E porque este Governo retirou as dificuldades para o acesso a esse complemento, pergunto se também censura os dois aumentos que foram feitos a este complemento, aumentando, assim, o rendimento disponível para quem deles usufrui. Quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que o populismo se combate com competência.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para o terceiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Carla Barros, do PSD, por 2 minutos.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, responda: o Sr. Deputado censura este Governo por ter decidido atribuir medicamentos gratuitos aos idosos mais pobres? Responda, Sr. Deputado André Ventura, responda!

Sabe, Sr. Deputado André Ventura, o seu populismo combate-se com a competência e a seriedade deste Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para o quarto pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues, do PSD. Faça favor, dispõe de 2 minutos.

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, censura o Governo por ter concretizado o acordo com as forças de segurança para um aumento do subsídio de risco em 300 €? E censura o Governo pela abertura de concursos que permitem a contratação de novos agentes para as forças de segurança, que permitem o rejuvenescimento das forças e o policiamento de proximidade?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Diga a verdade! Isso é para quatro anos!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — E ainda lhe acrescento se censura o Governo, se for capaz de o fazer, por ter promovido quase 1200 guardas da GNR (Guarda Nacional Republicana)? É capaz de censurar o Governo — porque não foi capaz de o censurar até agora! — nestas medidas que estão a ser feitas? Sr. Deputado, o populismo combate-se com competência e o senhor não a tem.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para o quinto pedido de esclarecimento, dou a palavra à Sr.^a Deputada Andreia Neto, do PSD. Faça favor, tem 2 minutos.

A Sr.^a **Andreia Neto** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado da censura,...

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada...

A Sr.^a **Andreia Neto** (PSD): — ... o Sr. Deputado censura o Governo por ter feito um acordo com os guardas prisionais relativamente ao suplemento de serviço, num aumento de 300 €?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Em quatro anos!

A Sr.^a **Andreia Neto** (PSD): — Censura o Governo também, Sr. Deputado, na contratação de cerca de 250 guardas prisionais?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É falso!

A Sr.^a **Andreia Neto** (PSD): — Sr. Deputado André Ventura, censura o Governo pela contratação de cerca de 650 oficiais de justiça e, também, pelo acordo com os oficiais de justiça, relativamente ao pagamento da remuneração processual?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Onde é que estão?!

A Sr.^a **Andreia Neto** (PSD): — Censura, Sr. Deputado?

Sabe, Sr. Deputado, o seu populismo combate-se com a nossa competência.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar agora a palavra...

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

Srs. Deputados, foram feitos os pedidos de esclarecimento e, agora, o Sr. Deputado André Ventura tem 5 minutos para lhes poder dar resposta. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, vou começar dizendo isto: Sr. Primeiro-Ministro, não julgue que, por gritar muito, deu esclarecimentos ao País.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Olha quem fala de gritos!?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não é, não vai ser e não deu os esclarecimentos ao País.

Aplausos do CH.

Podem articular estratégias, podem usar o mesmo *slogan*, até, do «populismo e da competência»: não sairemos daqui sem darem as respostas que têm de dar a Portugal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não sairemos daqui sem darem as respostas que têm de dar.

Aplausos do CH.

Agora, Sr. Primeiro-Ministro, haverá tempo para as questões serem colocadas e isso será diferente, mas não posso, em consciência, deixar de responder ao que disse, hoje, aqui, o PSD. Diz o Deputado Hugo Soares: «Isto não é uma moção de censura ao Governo, é uma moção de censura que tem Miguel Arruda como elemento e tem André Ventura como padrinho.»

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Foi quem o escolheu!

O Sr. **André Ventura** (CH): — De todas as diferenças, há uma maior, Sr. Deputado, que é esta: se eu olhar para trás, já não vejo na nossa bancada o Deputado Miguel Arruda. Se vocês olharem para trás, ainda veem o Miguel Albuquerque na vossa bancada e no vosso partido.

Aplausos do CH.

Essa é uma grande diferença.

É que Miguel Albuquerque não está aqui, mas está aí ao lado. Portanto, onde é que está o populismo, Sr. Deputado? É naquilo a que os hispânicos chamam, para não dizer nenhuma asneira, de falta de coragem?

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PSD.

Porque é isso que o caracteriza.

Ó Sr. Deputado, está a comparar uma imobiliária e ajustes diretos entre sócios no trabalho público, com quem, sendo veterinário, quis dar mais qualidade aos animais e dar mais qualidade aos tratamentos?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Sr. Deputado está a comparar um autarca em funções que vai buscar um antigo sócio para lhe dar negócios e dinheiro com um veterinário que quer baixar o IVA da veterinária? Estão a brincar com quem? Repito: estão a brincar com quem?!

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PSD.

Sr. Deputado, pode haver sempre conflito de interesses. Então, deixe-me dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado: quando o Sr. Deputado aprovou, aqui, na Assembleia da República, o aumento dos salários dos políticos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... isso é que é conflito de interesses entre todas as bancadas. Isso é que é conflito de interesses!

Conflito de interesses é os Deputados aprovarem o seu próprio aumento, mas não o vi preocupado com isso.

Protestos de Deputados do PSD.

Portanto, os Srs. Deputados aproveitam o vosso pequeno momento, em direto, para dizer assim: «Ó Sr. Deputado, e sobre o complemento social de idosos?» Conosco, os idosos não estavam a receber 300 € nem 400 €,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem! Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... estavam todos a receber uma pensão mínima. Estavam todos a receber uma pensão mínima. Todos!

Aplausos do CH.

Pergunta-me: o Sr. Deputado concorda ou não concorda com a contratação de mais alguns agentes para as forças policiais?

Vozes do PSD: — Responda!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nós concordamos, tanto que votámos a favor. O que vos exigimos foi que equiparassem o suplemento de missão aos polícias,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem! Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... coisa que não fizeram. Por isso, não, não concordamos. Os senhores não têm feito diferente daqueles senhores do PS. Não, não concordamos.

Vozes do PSD: — Está muito nervoso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Deputado Hugo Soares, eu não sei nada de imobiliárias, mas sei uma coisa.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sabe umas coisinhas!...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Umas coisinhas!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas sei que, quando estamos aqui, devemos exigir que as bancadas e os partidos tenham o mesmo nível de transparência que exigimos hoje.

O Sr. Primeiro-Ministro não veio aqui fazer nenhum frete ao País. O Sr. Primeiro-Ministro estava para se esconder...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... atrás de um sistema que, há 50 anos, permitia que ele se escondesse e nós não o permitimos. Foi isso que aconteceu!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, está a pedir a palavra?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para mais teatro!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pediu a palavra para uma interpelação à Mesa, certo? Então, faça favor, Sr. Deputado, com a lealdade regimental...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, no âmbito da liberdade individual de cada uma e de cada um dos Srs. Deputados nas respostas, que eu respeito, o Sr. Deputado André Ventura, como ficou à vista e à saciedade do País, não respondeu à minha pergunta sobre se tinha Deputados na sua bancada que são detentores de imobiliárias e que intervieram nos debates e nas Comissões sobre a lei dos solos.

Também teve a oportunidade de confessar que não sabia nada de imobiliário, embora tenha falado nestes últimos dias de imobiliário como ninguém, razão pela qual vou pedir para distribuir ao Sr. Deputado André Ventura o registo de interesses dos Srs. Deputados do Chega que têm imobiliárias.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Vozes do PS: — Também queremos ver!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tentaste ganhar e já não foi nos penáltis!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se bem percebi, vai fazer chegar à Mesa o documento que dá nota disso para fazer a distribuição à Câmara. É isso, Sr. Deputado Hugo Soares?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Será feito logo que chegue.

Para iniciar o segundo grupo de cinco pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Vale e Azevedo,...

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo e contraprotestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

Sr. Deputado Carlos Reis, Sr. Deputado Filipe Melo...

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Sr. Deputado Filipe Melo!

Sr. Deputado João Vale e Azevedo, para o seu pedido de esclarecimento, tem a palavra. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado André Ventura, censura o Governo pela simplificação fiscal em curso? Censura o Governo pela diminuição de impostos às famílias e às empresas?

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. Deputado censurará o Governo por realizar este alívio fiscal com gradualismo e responsabilidade, e não à Chega? Sabe qual é o impacto orçamental das propostas fiscais que constam do Programa Eleitoral do Chega? Eu respondo-lhe, porque o PSD fez as contas que o Chega não fez ou não sabe fazer.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — São 12 mil milhões de euros, mais de 4 % do PIB (produto interno bruto). Se juntarmos a isso as propostas do lado da despesa, chegamos rapidamente a um défice de 10 % do PIB: uma bandalheira fiscal e orçamental!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — É assim, Sr. Deputado André Ventura: o populismo combate-se com competência e desmascarando-o.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Gonçalo Lage, tem a palavra para o seu pedido de esclarecimento. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados, o Sr. Deputado André Ventura censura a criação do passe ferroviário verde, uma medida importantíssima e transversal ao nosso País,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Esse é do Livre!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — ... que pode criar condições de maior coesão territorial e que permite reduzir as assimetrias entre o interior e o litoral?

É que sabe, Sr. Deputado, deste lado, do Governo, está quem resolve o problema dos portugueses. Desse lado está quem quer ser populista e o populismo só se combate com competência.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E deixe-me que lhe diga, Sr. Deputado, nesse combate, o Sr. Deputado jamais sairá vencedor.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Guimarães, do PSD. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado da censura, sim, da moção de censura,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — ...Sr. Deputado André Ventura, censura o Governo por ter conseguido alcançar um acordo, que há muito não existia, com os representantes dos enfermeiros,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eh!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — ... com os representantes dos farmacêuticos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não diga isso!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — ... com os representantes dos médicos, com os representantes dos técnicos de emergência pré-hospitalar,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ui, não diga isso!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — ... valorizando as respetivas carreiras e salários destes profissionais de saúde e, com isso, contribuindo para melhorar a vida das pessoas, de todas as pessoas que nos estão, hoje, a ouvir lá em casa?

É que sabe, Sr. Deputado, o populismo combate-se...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Com competência!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — ... com competência, mas também se combate com educação, com muita educação.

E é bom que o Sr. Deputado note isso junto da sua bancada.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Eva Brás Pinho, do PSD. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Eva Brás Pinho** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Aventura, censura o IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) Jovem deste Governo, que aumentou o rendimento a 400 000 jovens?

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

Ou censura a isenção de imposto do selo e de IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) na compra da primeira casa, que já beneficiou mais de 20 000 jovens e lhes permitiu emanciparem-se?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ó, ó! Casa para quem?!

A Sr.^a **Eva Brás Pinho** (PSD): — Ou é a juventude portuguesa, e a aposta na juventude portuguesa, que censura, Sr. Deputado? Tente outra vez! É que, sabe, este Governo vai continuar a combater o seu populismo com competência.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr. Deputada Ofélia Ramos, do PSD, para um pedido de esclarecimento. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Ofélia Ramos** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, censura as decisões do Governo relativamente ao Algarve?

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Censura a implementação de cinco unidades de saúde familiar, modelo C, que vão garantir médico de família a 102 000 algarvios? Censura a construção do hospital central universitário do Algarve?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tenha vergonha! Quando?

A Sr.^a **Ofélia Ramos** (PSD): — Censura o primeiro serviço oncológico da região,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falso! É mentira!

A Sr.^a **Ofélia Ramos** (PSD): — ... para evitar que os algarvios tenham de deslocar-se a Espanha para serem tratados? Censura os 360 milhões de euros que o Governo afetou ao Algarve para combater a seca e para garantir a sustentabilidade hídrica da região?

Sabe, Sr. Deputado, o seu populismo combate-se com a nossa competência.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, tem a palavra, para responder este grupo de pedidos de esclarecimentos, dispondo de 3 minutos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, uma vez que já percebi o ensaio da frase geral, vou também responder com muita clareza —...

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Protestos de Deputados do PSD.

... ouçam, ouçam —, com a clareza que o Primeiro-Ministro de Portugal não tem, nem nunca teve. É assim que vou responder!

Aplausos do CH.

Se concordo, ou não concordo, com o que está em curso de descida de impostos? Ó Sr. Deputado, os senhores deviam ter vergonha de falar neste assunto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Choque fiscal!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Os senhores deviam ter vergonha! Isto num caso em que se venderam ao PS para não descer o IRC das empresas, que prometeram na campanha eleitoral, é de bradar aos céus!

Aplausos do CH.

É de bradar aos céus: um Deputado levantar-se e dizer: «Ó Sr. Deputado André Ventura, concorda com a descida fiscal?»

Risos do CH.

Mas qual descida fiscal?! Os senhores não fazem outra coisa que não sorver os portugueses como os socialistas fizeram.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Os senhores prometeram baixar em dois pontos a taxa de IRC (imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas). Quando chegou o Orçamento tinham duas opções ou cumprir a palavra ou vender-se ao PS. Deixem-me adivinhar: venderam-se ao Partido Socialista! Foi isso que fizeram.

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PSD.

E perguntam-me o que é que o Sr. Deputado acha do passe ferroviário verde, porque «o populismo combate-se com competência». Ó Sr. Deputado, mas qual passe ferroviário verde, num país em que 70 % da população não tem comboios para andar? Qual passe ferroviário?

Aplausos do CH.

Aliás, se há aqui magnata dos ferroviários, é o líder do PS, mas isso já é para outra conversa e para outra história.

Risos do CH.

Os senhores herdaram um Governo...

Protestos de Deputados do PS.

Eu disse do ferroviário, não é da TAP (Transportes Aéreos Portugueses). É do ferroviário, não é da TAP.

Risos do CH.

Os senhores herdaram um Governo sem comboios. Passou um ano e temos um país sem comboios, e vêm aqui dizer: «Ó Sr. Deputado André Ventura, concorda com o passe verde?»

Ó Srs. Deputados, sobre a descida de impostos, nos jovens, 30 % dos jovens nascidos em Portugal emigraram, já durante o vosso Governo...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Olhe, sabe o que devia fazer? Olhar para os jovens que estão hoje, nas galerias, e dizer assim: «Nós somos mesmo incompetentes, pedimos desculpa pela nossa incompetência».

Aplausos do CH.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para iniciar um novo grupo de perguntas, Srs. Deputados, tem a palavra a Sr.^a Deputada Dulcineia Moura, do Partido Social Democrata. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.^a **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, censura o Governo por encetar todos os esforços para colocar mais de 10 mil milhões de euros na economia portuguesa em 2025, no âmbito da execução dos fundos europeus?

Sr. Deputado André Ventura, censura o Governo por ter combatido as derrapagens na execução dos fundos europeus, nomeadamente do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência)?

Sabe uma coisa, Sr. Deputado André Ventura? Basta só responder com sim ou não. Sabe como é que se combate o populismo do Chega?

Risos de Deputados do CH.

Não é só com competência. Olhe para ali, para o Governo: é com dignidade, com lealdade e com transparência.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Que falta de noção!

O Sr. **Presidente**: — Para o próximo pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Almiro Moreira, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vai para Castelo de Paiva!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Com muito honra falo sempre de Castelo de Paiva!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fala de Castelo de Paiva! Da maneira como ganhaste os votos!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, parece que hoje o Sr. Deputado André Ventura não está a ouvir muito bem, porque diz que não ouviu sequer as explicações. Por isso, peço-lhe atenção para as minhas perguntas.

O Sr. Deputado censura o Governo por ter efetuado um aumento histórico dos salários das Forças Armadas? O Sr. Deputado censura o Governo pelo aumento do suplemento de condição militar de 100 € para 350 €? E o Sr. Deputado censura o Governo pela atribuição de benefícios adicionais aos ex-combatentes?

É que, sabe, Sr. Deputado? Isto é o que interessa aos portugueses. Isto é o que interessa a quem está lá fora. O populismo combate-se com competência — e hoje, em Portugal, temos um Primeiro-Ministro competente e um Governo competente.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente**: — Para o terceiro pedido de esclarecimento deste segundo grupo, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Alves, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado da censura André Ventura, censura o Governo por ter alcançado em apenas 39 dias um acordo com os professores para a recuperação integral do tempo de serviço congelado pelos

Governos do Partido Socialista? Sabe, Sr. Deputado, é que, com este acordo, já progrediram na carreira, com a respetiva valorização salarial, 43 404 professores.

Protestos de Deputados do PS.

Isto é valorizar a carreira docente. Isto é investir na escola pública!

E digo-lhe mais, Sr. Deputado: o combate ao populismo e aos políticos de mesa de café que o acompanham nesta bancada, bem como aos doutorados em conversa desta ala esquerda, faz-se com eficácia, com trabalho e com muita competência.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos dos Deputados do CH Pedro dos Santos Frazão e Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente**: — Pedia, Srs. Deputados, que na adjetivação se mantivesse sempre elevado o nível de urbanidade. Não me pareceu que esta última observação estivesse no registo em que desejamos que decorra todo o nosso trabalho.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eles estão a provocar!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Populistas!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, pedia contenção relativamente a essa adjetivação, para que tudo corra com a dignidade de uma moção de censura.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Regina Bastos, que dispõe de 2 minutos, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Regina Bastos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, o senhor, que tanto usou a imigração para tudo e mais alguma coisa, censura este Governo por ter posto fim à manifestação de interesse, para regularizar a imigração?

Registe bem, Sr. Deputado André Ventura: a competência e a dignidade estão a arrasar o seu populismo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para o quinto e último pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Cristóvão Norte, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, pedi para ser o último...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro! Foste o último no Algarve!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — ... na esperança de que o meu pedido de esclarecimento fosse desnecessário. Sentei-me na última fila,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É onde tens de estar!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — ... porque considereei que, depois dos esclarecimentos do Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Deputado André Ventura e o Grupo Parlamentar do Chega tivessem a hombridade de acabar com este disparate e retirar esta moção de censura.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Não sendo o caso, temo que tenha de lhe dirigir perguntas que o Sr. Deputado tem pouco interesse em responder, porque não são perguntas sobre suspeições, sobre rancores nem sobre ressentimentos. São perguntas sobre os portugueses e sobre o futuro de Portugal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Sr. Deputado André Ventura, censura o compromisso de execução de 59 000 habitações, a acrescer às 26 000 que já tinham sido apresentadas pelo anterior Governo?

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Censura a revogação do arrendamento forçado? Censura a isenção do IMI (imposto municipal sobre imóveis) e do IMT para jovens com menos de 35 anos?

Sr. Deputado, afinal, o que é que o senhor censura?

Sr. Primeiro-Ministro, estamos consigo.

Vozes do CH: — Ah!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Estamos com confiança, estamos a mudar Portugal e é isso que vamos fazer todos juntos, sem precisar de ter receio, medo, temor de quem quer que seja.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado André Ventura dispõe de 3 minutos para responder a este grupo de pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste meu último esclarecimento à Câmara, falar da execução do PRR deve ser para rir.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — O Chega faria melhor?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vou dar-vos números, já que querem trazer isso para aqui: a execução do PRR, em relação ao Partido Socialista, aumentou 1 % — 1 %! Os senhores queriam fazer um choque, uma revolução neste País, e conseguiram fazer, em relação ao PS, que já tinha sido um desastre.

O IRS Jovem? O complemento de defesa? Os senhores deviam ter vergonha, porque foi por causa desta bancada que aprovaram o que aprovaram. Foi esta bancada que vos aprovou o que aprovou!

Aplausos do CH.

É que, ao contrário do que fizeram, nós não nos vendemos ao PS para ter qualquer medida que sustentasse o nosso Orçamento ou o nosso Governo. Nós levámos a cabo aquilo que tínhamos prometido. E o que tínhamos prometido era IRS Jovem. Quem é que o permitiu? O Chega. Quem é que permitiu mais condições para as forças de segurança? O Chega. Quem é que permitiu o complemento de defesa? O Chega.

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem! Bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nunca foram nem os senhores sozinhos, nem a contar com o Partido Socialista!

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

Agora, uma coisa é executar mal o PRR. Outra coisa é fazer um IRS Jovem manco; outra coisa é venderem-se no IRC; outra coisa muito diferente é tentarem ocultar dinheiro público distribuído entre amigos, seja no Governo, seja nas autarquias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso não é dignidade, é levar a democracia para o lodo.

Aplausos do CH.

Finalmente, Srs. Deputados, quanto ao vosso lema «o populismo arrasa a democracia e mostra a nossa competência», sabem o que é que arrasou a democracia nos últimos 50 anos? Sabem o que é que arrasou mesmo a democracia nos últimos 50 anos?

Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.

Foram as negociatas de Estado entre o PS e o PSD, com o dinheiro dos contribuintes a ser distribuído pelo mesmo pelouro do Governo. Foi isso que arrasou a democracia.

Aplausos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, arrasar a democracia não é pedir esclarecimentos. Arrasar a democracia é dizer-vos a vocês, é dizer ao Primeiro-Ministro, que têm de responder, que o tempo da desonestidade acabou.

Aplausos do CH, de pé.

A Sr.^a **Andreia Neto** (PSD): — Deixa-o falar!...

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora aos pedidos de esclarecimento formulados ao Sr. Primeiro-Ministro. O Sr. Primeiro-Ministro responderá em quatro grupos — três grupos de três e um de quatro.

O primeiro pedido de esclarecimento é do Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, do Partido Socialista, que dispõe de 5 minutos.

Vozes do CH: — Não ia falar!...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, como é público, o Partido Socialista votará contra a moção de censura apresentada pelo Chega.

Vozes do CH: — Ah!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Votará contra, porque nós não contribuimos para nenhuma manobra de diversão que tem como objetivo desviar a atenção dos problemas graves — de polícia, criminais, de falta de educação parlamentar — que têm marcado a vida do Chega nas últimas semanas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Verdade!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não se pode, no entanto, transformar o voto contra do PS a esta moção de censura num voto de confiança.

Risos do Deputado do CH André Ventura.

Se o Sr. Primeiro-Ministro apresentasse uma moção de confiança, nós também a chumbaríamos.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Tente! Tente!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O facto de votarmos contra a moção de censura e de acharmos que ela é somente uma manobra de diversão do Chega não significa que um Primeiro-Ministro não tenha de prestar esclarecimentos, de ser transparente, claro, quando se adensam dúvidas sobre a sua atividade, nomeadamente sobre a sua atividade empresarial. Aquilo que sempre pedimos foi que fossem prestados esclarecimentos. Dizia mesmo que tinha a certeza de que haveria boas explicações para dar e que precisavam de ser dadas. O Sr. Primeiro-Ministro optou por não dar, por esperar pela iniciativa do Chega, por valorizar a iniciativa do Chega, para dar esclarecimentos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Eu também já tive, no passado, de dar esclarecimentos, no Parlamento, sobre as empresas da minha família, na sequência de desafios do próprio PSD e do Chega, que pediu, aliás, a pronúncia do Ministério Público junto do Tribunal Constitucional,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — ... que acabou por infligir uma derrota jurídica — foi o termo usado pelo Chega na altura. Mas tive de dar esclarecimentos, tal como o Sr. Primeiro-Ministro tem de prestar esclarecimentos.

A sua empresa tornou-se um peso político negativo sobre os seus ombros e sobre os ombros do Governo, e a melhor forma de matar o tema e de seguirmos em frente é dar mesmo todos os esclarecimentos, tal como fez aquando do caso da sua casa, em que convocou uma conferência de imprensa, sujeitou-se a todas as perguntas, respondeu a todas as perguntas, disponibilizou mesmo todos os documentos e conseguiu matar o tema nesse dia. Com a sua empresa, devia fazer o mesmo e ainda não o fez.

São muitas as dúvidas que todos os dias se levantam e quero apenas fazer três perguntas.

O Sr. Primeiro-Ministro falou, em geral, da atividade dos diferentes clientes. Não quis nomear os seus clientes, mas quero perguntar-lhe quem são, porque um Primeiro-Ministro não pode ter clientes-mistério.

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Foi o que nós perguntámos!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não pode haver nenhuma dúvida sobre a independência do Sr. Primeiro-Ministro face aos clientes a quem prestou serviços.

Reparem que o Sr. Primeiro-Ministro, nas primeiras respostas que deu a um órgão de comunicação social, escolheu identificar um dos seus clientes. Já toda a gente sabe que o grupo Cofina foi um deles. Não há nenhuma razão para que o Sr. Primeiro-Ministro não faça o mesmo com todos os seus clientes. Aliás, dizia há pouco que um dos clientes geria unidades hoteleiras e negócios físicos e *online*. Imaginei logo que poderia ser o grupo Solverde.

Sr. Primeiro-Ministro, ganha em dizer, em ser transparente, para não haver nenhuma dúvida de que não há nenhuma dívida de nenhum favor de nenhum cliente empresarial em Portugal. Não temos razões para suspeitar do Sr. Primeiro-Ministro, mas é importante para si e para todos nós que faça esse esclarecimento, para que não haja clientes-mistério de um Primeiro-Ministro em Portugal.

Aplausos do PS.

Mas é também preciso perceber, para cada cliente, qual foi o serviço prestado em concreto e o preço, para percebermos se, de facto — e não temos razões para duvidar —, o preço em causa é de mercado e não um preço de favor. Isto é muito importante! Não é lançar suspeitas, é garantir a transparência.

Sr. Primeiro-Ministro, era importante também dizer quem prestou os serviços de consultoria da sua empresa, nomeadamente depois de a ter deixado.

O Sr. Primeiro-Ministro irritou-se e vitimizou-se, mas um Primeiro-Ministro tem de dar esclarecimentos a toda a gente, e não escolher a quem os dá. Tem de prestar esclarecimentos ao Parlamento e aos jornalistas. Em suma, tem de fazer aquilo que sempre exigiu, quando estava na oposição, aos membros do Governo do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

Aproveite a oportunidade que quis valorizar para não deixar nenhuma margem para dúvidas, nenhuma suspeita sobre o Primeiro-Ministro de Portugal. «Quem não deve, não teme.»

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal, para pedir esclarecimentos. Dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o Chega atravessava uma crise nas últimas semanas, estava à beira do precipício...

Risos do CH.

... da falta de credibilidade e decidiu atirar-se de cabeça com esta moção de censura.

Há um perigo nesta moção de censura e na discussão tal como foi feita, que é resultar daqui que está tudo bem em Portugal. Não há nada mais longe dessa ideia do que aquilo que se passa realmente no País. Basta olhar para a saúde, basta olhar para as listas de espera, que continuam iguais, para as urgências fechadas, para os portugueses sem médico de família; basta olhar para a educação e ver que nem sequer sabemos o número de alunos sem professores; basta olhar para a habitação e ver o que se passa com a subida contínua de preços, porque o Governo decidiu aquecer o mercado apenas com medidas do lado da procura.

Portanto, a primeira conclusão é a de que há coisas que justificam um juízo crítico sobre este Governo, mas nada disso consta dos fundamentos da moção de censura apresentada pelo Chega. O que é que consta desta moção de censura apresentada pelo Chega? Um incómodo com a questão do recorde das nomeações políticas.

Veja bem, Sr. Primeiro-Ministro: o Chega, que viabilizou aqui também a desagregação das freguesias,...

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falso!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... com centenas de novos cargos políticos e nomeações, está agora incomodado com um recorde de nomeações políticas. Deixem-me dizer-vos: é «o esfarrapado a falar do roto». Não há nenhuma fundamentação que não seja hipocrisia da parte do Chega, relativamente a esta matéria.

Depois, o Chega perde uma oportunidade, porque, mesmo no que diz respeito à Spinumviva,...

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... pegou na questão da lei dos solos e das pretensas incompatibilidades para justificar uma moção de censura. Ora, essas incompatibilidades são longínquas, são hipotéticas, e não há nada que justifique, relativamente à lei dos solos, uma moção de censura.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para a IL, não há nada!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Uma moção de censura aplica-se, obviamente, a questões concretas, a questões evidentes que tenham acontecido — e nada disso acontece.

Portanto, aquilo que temos é uma pergunta: porque é que o Chega avançou com esta moção de censura?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — As perguntas são para o Primeiro-Ministro!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Há oito razões, que eu vou elencar, relativamente a esta moção de censura.

Primeira razão: Miguel Arruda, Deputado do Chega à Assembleia da República, apanhado a roubar malas no aeroporto.

Segunda razão: José Paulo Sousa, Deputado do Chega, nos Açores, apanhado com excesso de álcool no sangue.

Terceira razão: Manuela Dias, Deputada municipal do Chega, em Loures, acusada pelo crime de participação económica em negócio.

Protestos do CH.

Quarta razão: João Rogério Silva, conselheiro nacional do Chega,...

Continuação de protestos do CH.

... acusado de abalroar a viatura de outro militante do Chega e de o ameaçar de morte.

Quinta razão: Pedro Alves, líder da distrital de Aveiro do Chega, condenado, por violência doméstica, a pena de prisão de um ano e meio. E continua lá, não foi afastado, como André Ventura gosta de dizer que faz!

Aplausos da IL.

Sexta razão: João Gomes, Deputado municipal e líder da concelhia do Chega de Braga, condenado a pena de prisão de três anos e meio por extorsão agravada na forma tentada.

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — Nem acredito!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — És mentiroso!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sétima razão: Nuno Pardal...

Protestos do CH.

Oiçam bem, oiçam bem agora, Srs. Deputados do Chega!

Protestos do CH e contraprotestos da IL.

Deputado municipal do Chega,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ex-Deputado! Ex-Deputado!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... em Lisboa, acusado de prostituição de menores,...

Protestos da Deputada do CH Cristina Rodrigues.

... concretamente de um rapaz de 15 anos.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ex-Deputado!

O Sr. **Maurício Marques** (PSD): — Ainda era Deputado!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Oitava razão: Diva Ribeiro, Deputada do Chega à Assembleia da República, autora de uma intervenção boçal, em que atacou uma Deputada invisual.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mentiroso! Aldrabão!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Ora bem, Sr. Primeiro-Ministro, são estas as razões, e eu podia continuar a tarde toda com estas razões.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Trouxe apenas oito casos, mas são muitos mais: são dezenas, são centenas.

Aplausos da IL, do PSD, do CDS-PP e de Deputados do PS.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, que não fique a ideia de que, sobre esta matéria, não há explicações a dar.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Vá lá! Lembrou-se!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Há explicações a dar. Não é, neste momento, por causa da lei dos solos, nem isso justifica agora uma moção de censura. Mas há questões a esclarecer sobre esta empresa, nomeadamente no aspeto da consultoria.

Há uma questão que me parece preocupante, Sr. Primeiro-Ministro. É que esta empresa continua a ter atividade em 2024. É evidente que os clientes angariados por esta empresa foram angariados devido à sua pessoa, e não relativamente a nenhuma das outras pessoas que integram esta empresa.

Imagine, Sr. Primeiro-Ministro, que na atividade desta empresa de 2024 e 2025, há, por exemplo, um órgão de comunicação social que faz um contrato com esta empresa, em que o senhor é a pessoa que tem a presença. Entretanto, o Governo está a decidir um pacote para a comunicação social de 55 milhões de euros. Não o preocupa a continuidade da atividade desta empresa e a possibilidade de ela ser usada para conflito de interesses, este sim, real?

Não quer, Sr. Primeiro-Ministro, dizer-nos se vai ou não resolver esta questão nos próximos tempos?

Aplausos da IL.

Protestos do Deputado do CH Rui Afonso.

O Sr. **Presidente**: — Para o terceiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda. Dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Um aldrabão liberal!

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão e contraprotestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, eu dei a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, o Primeiro-Ministro não deve convidar para o Governo um autarca com quem fez ajustes diretos. O Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território não deve abrir empresas imobiliárias enquanto altera a lei dos solos. O Presidente da Câmara de São João da Madeira não deve fazer ajustes diretos com um sócio seu numa empresa. O ministro que foi Presidente da Câmara de São João da Madeira não deve abrir uma imobiliária com esse mesmo sócio enquanto altera a lei dos solos. E o Primeiro-Ministro não deve esconder-se das perguntas de jornalistas.

Sr. Primeiro-Ministro, a minha pergunta é muito simples: o que é que diria o PSD da oposição ao PSD do Governo? O que é que diria o Sr. Primeiro-Ministro, se fosse líder da oposição, ao Primeiro-Ministro que está no Governo?

Sr. Primeiro-Ministro, nós avisámos quando trouxemos a lei dos solos a debate na Assembleia da República.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Avisámos que era uma porta aberta para conflitos de interesses, que era uma porta aberta para a especulação, e que os preços dos solos rústicos iam subir — tudo isso aconteceu.

As suspeitas potenciais e não verificadas têm a ver com uma lei errada, ferida de morte à nascença.

Por isso, a segunda pergunta que lhe faço é a de saber se não acha que, pela condição das pessoas que estavam no gabinete que fez esta lei — o ministro e o secretário de Estado que tinham imobiliárias —, esta lei não tem de desaparecer, de ser revogada de uma vez, porque ela está ferida, sim, de legitimidade e de credibilidade.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, para responder a este primeiro grupo de pedidos de esclarecimento, tem a palavra. Dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, começo por me associar ao seu introito à questão que me colocou, quando efetivamente pôs o dedo na ferida relativamente à intenção do Chega com a apresentação desta moção de censura. Não há dúvida nenhuma que o Chega viu nesta moção de censura uma oportunidade, não para censurar o Governo, mas para atacar, com certeza, o Primeiro-Ministro — isso é indiscutível. Mas não viu aqui uma oportunidade para tirar uma consequência política, porque as moções de censura têm uma consequência política, que é o derrube do Governo.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Das 33, só aconteceu uma vez!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Chega apresentou a moção de censura por todas as razões menos para fazer cair o Governo, porque o Chega não quer que o Governo caia.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Claro que sim!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Essa, para mim, é uma evidência.

Protestos de Deputados do CH.

Agora, o Chega estava, e está, com problemas, porque os problemas do Chega não acabaram.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso é uma ameaça?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eles tiveram esta manobra de distração, mas os problemas não acabaram. Portanto, quero começar por me associar também a essa visão.

Depois, Sr. Deputado, quero lamentar as questões que coloca. Não é por colocar as questões, é porque o Sr. Deputado sabe as respostas. O Sr. Deputado sabe, porque eu tive ocasião de o dizer, que não posso estar a divulgar quais são os clientes desta empresa, por uma questão de respeito aos clientes. Não é por minha causa, eu não tenho nenhum problema com isso. E devo até dizer que, se algum deles quiser tomar essa iniciativa, não tenho nenhum problema com isso. Os termos dos contratos, a forma como os serviços são prestados, naturalmente dizem respeito a essa relação.

Não vou fazer exatamente uma pergunta simétrica para as empresas do seu universo familiar, Sr. Deputado. Não vou fazer isso. Creio que nos compreendemos ambos. Também não sei, nem quero saber, quais são as relações contratuais, os contornos das relações contratuais das empresas do seu universo familiar,...

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

... e o Sr. Deputado compreende porquê. Tenho, aliás, muito respeito — já agora, diga-se de passagem — por isso.

O Sr. Deputado nomeou uma empresa em particular. Deixe-me dizer-lhe que, relativamente a essa empresa, não é preciso sequer que haja qualquer conflito de interesses que possa dimanar de uma relação profissional ou contratual. É público que eu sou amigo pessoal dos acionistas dessa empresa, portanto, eu estarei sempre inibido, impondo-me a mim mesmo todas as restrições, de intervir em qualquer decisão que impacte diretamente essa empresa em particular. E assim farei com todas aquelas a quem estiver ligado por razões de amizade, de relacionamento pessoal, e também por razões profissionais. Sei muito bem fazer essa avaliação. Creio que o Sr. Deputado confia bem que não deixarei de fazer essa aplicação, seguindo as regras de conduta aplicáveis aos membros do Governo e até as regras que se aplicam, por força da lei administrativa, aos conflitos de interesses.

Agora, Sr. Deputado, vou partir das questões que me coloca para lhe dizer a si e a todos os outros Deputados — porque a questão dos conflitos de interesses atravessou as três perguntas que me colocaram —, o seguinte, sobre o regime dos conflitos de interesses e a forma como nós devemos interpretar esse regime, no exercício de funções políticas, seja no Governo, seja no Parlamento: a detenção de participações sociais em empresas imobiliárias não tem uma relação direta com a lei dos solos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É preciso dizer isto de forma clara! A relação direta de uma empresa que tenha no seu objeto a atividade imobiliária, ou até de uma empresa exclusivamente imobiliária, com a lei dos solos é a mesma de qualquer um dos Srs. Deputados individualmente considerados.

O que é que a empresa pode fazer? A empresa pode comprar e vender.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Óbvio!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O que é que os Srs. Deputados podem fazer individualmente e nós, membros do Governo, também? Podemos comprar e podemos vender.

A imputação de um potencial conflito de interesses a quem decide no Governo uma lei, só porque tem essa participação social, não atende à situação em concreto. É o mesmo que dizer que os Srs. Deputados, os 230 Deputados, estão todos com um potencial conflito de interesses porque, neste momento, estão a apreciar em concreto a lei dos solos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas deixem-me dizer que, neste caso em particular, para haver uma alteração ao regime dos solos, para passarem de rústicos a urbanos, em primeiro lugar, é preciso haver um impulso da câmara municipal e uma decisão da assembleia municipal, e também é preciso haver a contiguidade dos terrenos rústicos face ao edificado urbano e à consolidação desse edificado.

Já agora, aproveito para dizer que, em Rabal, ou em Barrô, onde tenho os terrenos, é impossível, repito, é impossível aplicar a lei dos solos, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vou-lhe dizer, como já disse aqui, que não vendo aqueles terrenos nem por nada. Mas, se o Sr. Deputado André Ventura lá fizer um...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para iniciar o segundo grupo de pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP. Tem 5 minutos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, este debate tem o seu quê de surreal.

Vem aqui o Deputado André Ventura, com o dedo espetado, insinuar que o Sr. Primeiro-Ministro cometeu irregularidades ou que está numa situação de conflito de interesses, mas o espantoso é que não há um português que esteja a assistir a este debate que não perceba, efetivamente, o que se está a passar.

O Deputado André Ventura vem com o dedo espetado, quando devia era chegar a este debate com uma corda ao pescoço,...

Vozes do CH: — O quê?!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Então, pá?!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... como Egas Moniz, para se retratar perante os portugueses e para pedir desculpa aos portugueses por tudo o que de grave tem acontecido no Chega nos últimos tempos.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Protestos do CH.

É muito descaramento que o partido que propõe esta moção de censura seja o mesmo que, precisamente, merecia uma moção de censura contra si próprio...

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... pelas irregularidades cometidas...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quais irregularidades?!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... e pelas graves acusações conhecidas.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Fala dos submarinos!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Deputado André Ventura, a demagogia vira-se sempre contra os demagogos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É, o Diogo Moura!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... e o dedo espetado contra os outros acaba sempre por se virar contra si próprio,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Tenha cuidado! Então, cuidado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... porque os demagogos provam sempre do seu próprio remédio.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Então, cuidado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Primeiro-Ministro, continue a governar bem, porque é isso que o País espera de si.

Protestos do CH.

A apresentação desta moção de censura tem precisamente a ver com o facto de o Governo, por si liderado, estar a governar, e a governar bem, o País.

E quanto a esta moção de censura, Sr. Primeiro-Ministro, pergunto-lhe como a qualifica. Como uma irresponsabilidade, pois não há qualquer alternativa a este Governo? Como uma imaturidade, porque insinua e ofende,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Fale dos *offshore*!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... mas não prova nem demonstra coisa absolutamente nenhuma? Ou como uma fuga para a frente, do Chega, para tentar desviar as atenções dos graves problemas internos desse partido?

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Tem de falar é dos *offshore* e dos paraísos fiscais.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, toda a gente sabe que aquela expressão é em sentido figurado, é uma expressão popular.

Vozes do CH: — Ah!...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Egas Moniz! Se não sabem, leiam a história!

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos todos na mesma compreensão.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, para formular o seu pedido de esclarecimento. Dispõe de 5 minutos para o efeito, Sr. Deputado...

Continuação de protestos do CH.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não sabem quem foi Egas Moniz! Não sabem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — O PCP só conhece histórias russas!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, agora, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros concidadãos nas galerias, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, o nosso pedido de esclarecimento dirige-se ao Governo, porque da parte do proponente da moção de censura estamos completamente esclarecidos e a única coisa que há a dizer é: que supremo descaramento!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ah!...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Que supremo descaramento o de um partido que todos os dias, pinga a pinga,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Parece o Livre!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... nos trazia escândalos, uns após outros, vir agora agarrar-se como tábuas de salvação a uma moção de censura.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Aliás, de certa forma, até é um alívio, porque já ninguém estava a conseguir acompanhar. Pobre quem, a certa altura, tentava coligir as notícias que vinham do Chega:...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A Joacine!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... Deputado municipal a Deputado da Assembleia da República.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É, é! Sete assessores!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Aliás, há um exercício interessante a fazer com esta moção de censura, é só pegar em tudo aquilo que diz Governo e inserir, em vez disso, o nome Chega.

Vejamos: «A imagem de Portugal volta a ser beliscada por polémicas que atingem o XXIV Governo [...]». Bem, a imagem de Portugal volta a ser beliscada por casos que atingem o seu partido de extrema-direita! É verdade, eu ouvi as notícias dadas lá fora,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Pagas por quem? Pelo padrinho!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... desde as notícias das malas até às notícias da prostituição com menores. Aquilo que nunca vi foi um pedido de desculpas da parte do Sr. Deputado André Ventura, a dizer «fui eu que os escolhi».

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É verdade, uma retratação!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Nunca o ouvi dizer «tenho vergonha, fui eu quem os trouxe para aqui».

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Nunca o ouvi fazer aquilo que exige aos outros.

Aplausos do L e de Deputados do PSD e do PS.

Desafio toda a gente a fazer esse exercício de substituir o nome do Governo pelo nome do Chega nesta moção de censura, porque, na verdade, da parte da extrema-direita, cada acusação é uma confissão. Sempre foi assim e sempre será assim.

Aplausos do L.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Está calado!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Aliás, é curioso, da parte de quem vem aqui falar da lei dos solos...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Já comeram fruta hoje?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... e, de forma tão tonitruante, dizer que ela gera conflitos de interesses, que a lei dos solos abre a porta à corrupção, que, sem ter resolvido um único problema de habitação, a lei dos solos já está a aprofundar a crise da política... Como é que o votou o Chega na lei dos solos?

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Bem lembrado!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É que, pelo Chega, a lei dos solos nem tinha vindo aqui,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é verdade!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... tinha ido diretamente do Conselho de Ministros para a implementação no terreno.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

Vozes do CH: — Não é verdade!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Mente!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não se mexeram para trazer a lei dos solos ao Parlamento, e agora vêm fazer esta farsa? Não passa de uma farsa!

A lei dos solos veio a este Parlamento porque Bloco de Esquerda, PCP, Livre e PAN aqui a trouxeram, não foram os Srs. Deputados do Chega.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, nem batem palmas!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E quando tiveram oportunidade de, ao menos, dizer «vamos discutir a lei dos solos na especialidade, porque ela lança este tipo de suspeitas; vamos cessar a vigência da lei dos solos; vamos suspendê-la enquanto o Parlamento, que é quem tem direito, não se pronuncia sobre ela», como é que votou o Chega? O Chega votou contra a cessação de vigência da lei dos solos, o Chega fez o favor que agora critica aos outros e, agora, arrependido, porque no meio da sua telenovela estava a sair chamuscado, vem com uma moção de censura.

Vozes do L: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nós com 20 % e vocês com 3 %!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Por isso, estamos esclarecidos do lado do proponente.

Do lado do Governo, é importante perguntar: Sr. Primeiro-Ministro, já está claro — e não está claro apenas por este debate, está claro também pelas notícias em relação ao Sr. Secretário de Estado Hernâni Dias, em relação ao Sr. Ministro Castro Almeida, e, ainda hoje, em relação a outras Sr.^{as} Ministras — que, independentemente das questões que vierem a ser esclarecidas, e que têm de ser esclarecidas, a verdade é que o que há já não são suspeitas de corrupção, e sabe bem que esse não é o estilo do Livre. O que há é uma realidade de corrosão — que é uma coisa bem diferente — sobre a credibilidade da política.

Protestos do Deputado do CH Rui Cristina.

Num país exíguo como Portugal, em área territorial, estamos a fazer exatamente o contrário do que está a fazer a Espanha, do que está a fazer a Austrália, do que está a fazer o Canadá, todos eles países com muito mais área para construção do que Portugal. E o que é que estão a fazer? Estão a regular o setor do imobiliário e estão a investir em habitação pública.

Portugal decide fazer aquilo que, em várias ocasiões na nossa história, já provou ser o nosso grande erro: a opção das elites políticas pelo dinheiro fácil, em vez do verdadeiro enriquecimento. O imobiliário em Portugal está a converter-se naquilo que foi o volfrâmio no passado, que não deixou nada em Portugal a não ser buracos e descredibilização.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Primeiro-Ministro, tem agora uma oportunidade de, pelo menos, suspender a vigência da lei dos solos, de deixar que ela seja discutida com toda a transparência aqui no Parlamento,...

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

... de deixar que ela seja discutida na sociedade civil, quando todos os especialistas dizem que ela é grave em termos de coesão social, de coesão territorial e, até, de coesão política do nosso País.

Vai finalmente fazê-lo? Ou vai insistir nesta corrida para aquilo que até agora não resolveu um problema de habitação...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro! A lei não está em vigor!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... e aprofundou a crise política?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do PCP, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o PCP já deixou muito claro que não acompanha esta moção de censura. Não porque o Governo não mereça ser censurado, mas porque esta moção de censura é apresentada pelo partido mais censurável desta Assembleia...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... e que apresenta esta moção para afastar as atenções da censura pública que recai sobre si próprio. Até porque o partido «censurante» não é oposição ao Governo: nas 33 votações que já ocorreram sobre propostas de lei deste Governo, o Chega só votou contra quatro, incluindo o Orçamento do Estado, em que só votou contra porque o PS lhe fez o favor de se abster,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Claro!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... permitindo-lhe continuar a fazer oposição da boca para fora.

Dito isto, o senhor deve explicações ao País sobre o caso que o envolve, porque, independentemente do que é essencial, que são as opções políticas do seu Governo, não podem subsistir dúvidas sobre a idoneidade pessoal de um primeiro-ministro ou de um qualquer governante para o exercício do cargo, e a confusão entre o exercício de funções públicas e a prossecução de interesses empresariais privados de alguém que exerce funções governativas é algo que não pode subsistir.

Sr. Primeiro-Ministro, o que para nós merece um forte juízo de censura é a ação política do seu Governo:...

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... a degradação do Serviço Nacional de Saúde, que se acentua a cada dia que passa; o desastre que é a política de habitação; a falta de resposta aos problemas da escola pública; uma economia que continua assente nos baixos salários e na precariedade das relações de trabalho; o aumento da pobreza e das desigualdades; o anúncio repetido de medidas futuras para esconder a ausência de medidas no presente, capazes de resolver os problemas que afetam e preocupam realmente os portugueses; o dinheiro, que não chega ao fim do mês; a indignação perante as injustiças; a incerteza quanto ao futuro.

O PCP não acompanha esta moção, vinda de onde vem e vindo ao que vem, mas rejeita este Governo, não se conforma com as consequências desastrosas da sua política e continuará a lutar por uma política alternativa.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Primeiro-Ministro dispõe agora de 5 minutos para responder a este grupo de pedidos de esclarecimento. Faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Deputados Paulo Nuncio, Rui Tavares e António Filipe, vamos começar pela lei dos solos, já não na perspetiva dos conflitos de interesses, mas relativamente ao seu conteúdo.

Sr. Deputado Rui Tavares, deixe-me dizer-lhe que creio que o debate no Parlamento é transparente. O Sr. Deputado pediu ao Primeiro-Ministro: «Deixe que se faça um debate transparente e profundo no Parlamento, e que até se possa interagir com a sociedade civil e ouvir determinados especialistas.»

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E o Primeiro-Ministro deixa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu não tenho nada contra, isso é uma prerrogativa que está, digamos, na esfera do Parlamento.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós acompanhamos os trabalhos parlamentares, com certeza, ainda por cima em sede de um procedimento de apreciação de um decreto do Governo.

O Governo decidiu conscientemente. O Governo decidiu na prossecução de uma política concreta e essa política concreta atinge, nesse ponto em especial, cerca de 1 % — veja bem, 1 %! — dos terrenos rústicos em Portugal, é disso que estamos a falar. Às vezes também se fala disto como se estivéssemos a falar agora de mudar tudo em Portugal, de todos os terrenos rústicos passarem a ter capacidade de edificação, de irem nascer prédios ou grandes moradias nos terrenos,...

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Antes fosse!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... nos parques naturais e em tudo o que, enfim, é território — território muitas vezes inacessível até, território onde não se chega quase de maneira nenhuma, como é o caso de muito que conheço e, até, de que sou proprietário.

Deixem-me dizer-lhes, Srs. Deputados Rui Tavares, António Filipe e Paulo Nuncio, que o Governo pretendeu dar às câmaras municipais e às assembleias municipais a possibilidade de, em concreto e no seu território, identificarem terrenos rústicos contíguos aos núcleos urbanos consolidados, dando-lhes, no fundo, um prolongamento na malha urbana,...

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

... para termos mais capacidade de oferta de terrenos, diminuindo o seu preço e impondo regras para que a habitação que ali fosse construída fosse disponibilizada no mercado a custos moderados, para que o regime fosse aplicado.

Sr. Deputado, o que é que nós queremos? Queremos aumentar a oferta. Nós estamos a fazê-lo do ponto de vista da oferta pública.

Quando chegámos ao Governo havia um projeto para a construção de 26 000 novas habitações e alterámos, na esfera pública, esse objetivo de 26 000 para 59 000: mais 33 000 novas casas, já para os próximos anos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Fazemos aquilo que compete também ao poder público, porque a oferta de habitação pública também é importante, mas não chega, Sr. Deputado. Mesmo que nós façamos, como queremos fazer, estas novas 59 000 habitações, não vamos conseguir intervir no mercado de forma suficiente para conter os preços, e eventualmente até fazê-los baixar, e pôr no mercado habitação a custos comportáveis para as famílias portuguesas.

Ora, para isso, é preciso aumentar a oferta, e aumentar a oferta de habitação a preços acessíveis, a preços moderados. É isso que se pretende com esta lei.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Não é isso que a lei faz!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado tem propostas a colocar em cima da mesa para melhorar a lei que está em vigor?

O Deputado do L Rui Tavares exibiu um conjunto de folhas.

Pois, é essa a prerrogativa dos Deputados. Faça-o, discuta-o.

Agora, há aqui uma pequena questão: vai ter de convencer a maioria dos Deputados a acompanhá-lo, porque não é com o seu grupo parlamentar, sozinho, que o vai conseguir, sabe disso! Aquilo que eu posso esperar, digamos, é que, se os seus argumentos forem muito fortes, talvez as outras bancadas possam mostrar disponibilidade para ir no seu encaixo.

Depois, Sr. Deputado António Filipe, deixe-me dizer-lhe que, sinceramente, prestei todos os esclarecimentos que é possível prestar. Acho que até fui mais além do que aquilo que é exigível, honestamente. Eu fui além daquilo que é exigível!

Vozes do PSD: — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu expus a minha vida pessoal, profissional e até familiar de uma forma que, sinceramente, não vi ninguém fazer até hoje. Mas também não quero nenhum crédito por isso, honestamente.

Fi-lo, precisamente, para cumprir o princípio que o Sr. Deputado António Filipe aqui enunciou, de que não é possível chefiar um Governo, não é possível liderar um país com uma nuvem de suspeição sobre a idoneidade e a integridade do Primeiro-Ministro.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Mas pode ou não?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E, francamente, sobre todas as matérias, creio que dei argumentos para que as portuguesas e os portugueses possam confiar na integridade do seu Primeiro-Ministro.

Mas neste caso, como em todos os casos, se alguém tiver alguma informação, algum facto que possa colocar em causa a integridade do Primeiro-Ministro, que coloque a questão no sítio próprio. Eu estou disponível para continuar...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

O Sr. **Presidente**: — Entramos no terceiro grupo de pedidos de esclarecimento e tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega, por 5 minutos. Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, está aqui a importância desta moção de censura. Nesta 1 hora e 45 minutos de debate percebeu-se que era uma moção de censura importante.

Risos de Deputados do PSD.

E repare-se que até o PSD conseguiu fazer aqui uma peça de teatro: meteu os Deputados todos a falar — mesmo aqueles que quase nunca falam, hoje falaram todos —,...

Protestos de Deputados do PSD.

... para dizerem que o populismo se combate com competência.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, Sr. Deputado Hugo Soares, o populismo combate-se com transparência, e é isso que nós estamos aqui a pedir ao Primeiro-Ministro e a este Governo.

Aplausos do CH.

O Sr. Primeiro-Ministro disse uma coisa, ali de cima, da tribuna, que eu acho particularmente grave. Disse que os Deputados do Chega não representam Portugal, e eu acho que isso é uma falta de respeito por 1 milhão e 200 mil portugueses que votaram em nós.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Acho que o Sr. Primeiro-Ministro, que foi eleito a 10 de março com uma vitória pouquinho, devia respeitar todos os portugueses, aqueles que votaram em si e aqueles que não votaram em si. É assim que se faz num Estado democrático, mas foi isso que o Primeiro-Ministro Luís Montenegro não fez hoje, nesta Casa.

Tenho de dizer também, Sr. Deputado Paulo Núncio, que antes chegar a este debate com uma corda ao pescoço...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Como Egas Moniz!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... do que com telhados de vidro, com a história nunca explicada dos submarinos!

Aplausos do CH.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ei!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Portanto, antes com uma corda ao pescoço do que com histórias ainda por explicar.

Continuação de aplausos do CH.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Com uma corda ao pescoço, sim! Retratem-se!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Deputado Rui Tavares, eu registei que, da bancada do Partido Socialista, quem lhe bateu palmas foi Fernando Medina, lá de trás.

Risos do CH.

Talvez porque foi ele quem lhe deu a mão para ir para a Câmara de Lisboa, para vereador na Câmara de Lisboa.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ah!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Por isso essas palmas! Talvez por isso os sete assessores que lhe pagam,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... que são pagos, ainda, na Câmara de Lisboa. Talvez! Fernando Medina, estão explicadas essas palmas.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — É «Sr. Deputado Fernando Medina»!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Deputado Fernando Medina, peço desculpa!

Tivemos ainda o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos — que agora também já não está aqui presente —, que falou em casos de polícia. Ouvir o Partido Socialista falar em casos de polícia,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Há vários! E criminais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... se não é uma parte cómica do debate, então, não sei o que é.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Criminais!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É que nós olhamos para os casos dos autarcas do Partido Socialista...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Até de prostituição de menores!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Até às câmaras vão e eles saem de lá presos, como aconteceu em Montalegre. Saem de lá algemados, e, agora, vêm falar em casos de polícia!? Ó Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, olhe para a sua casa e veja o que é que está a acontecer ao Partido Socialista.

Aplausos do CH.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Prostituição de menores!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas, Sr. Primeiro-Ministro, não quero fugir ao que nos traz aqui hoje. Uma moção de censura é sempre uma altura de grande responsabilidade.

Vozes do PSD: — Oh!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Governo de Portugal poderia cair hoje se houvesse uma oposição à altura, se o Partido Socialista estivesse à altura das suas responsabilidades. Mas não está! Este Partido Socialista tem medo de eleições. Sabe que voltaria a perder, sabe que esta bancada do Chega voltaria a crescer,...

Risos do PS e de Deputados do PSD, da IL e do L.

... e é por isso que eles não querem eleições.

Aplausos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, ouvimos, na comissão, o Sr. Ministro da Coesão Territorial dizer isto em relação à lei dos solos: «Os solos rústicos vão aumentar os preços? E qual é o problema? Qual é o problema se aumentar o preço dos solos rústicos?»

Pois, não havia problema. Quem depois negocia esses solos rústicos não tem problema em que se aumentem os preços, não tem problema em que aumente essa especulação — é isso que nós combatemos.

E a bem da transparência, Sr. Primeiro-Ministro, vou deixar-lhe algumas perguntas, porque é importante que esta moção de censura seja respondida, é importante que o Sr. Primeiro-Ministro responda concretamente às perguntas.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Não venha dizer que o seu Governo está a fazer tudo bem. Isto é o culminar de uma sequência de casos que têm acontecido desde que foi eleito: aconteceram os casos com o INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica), como o senhor sabe e certamente não se esqueceu; aconteceu com os bombeiros, em que foram entregues viaturas sem condições para os bombeiros portugueses, e houve inclusive uma morte e alguns feridos, infelizmente. Ou seja, tudo se manteve mais ou menos igual àquilo que o Partido Socialista fazia.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A reforma da justiça continua sem existir, o combate à corrupção continua sem ser efetivado,...

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

... a reforma da saúde continua sem existir. É isto que o senhor tem feito, ou seja, pouco ou nada. Pouco ou nada!

E as perguntas são as seguintes: Sr. Primeiro-Ministro, se fosse um Governo do Partido Socialista, o que é que fazia? Se fosse um Governo do Partido Socialista, com um Primeiro-Ministro com estes casos, o que é que o senhor fazia?! Bom, se calhar fazia o que fizeram sempre com o António Costa, que era não fazer nada.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nós apresentámos duas moções de censura, e os senhores abstiveram-se nas duas.

Agora, não acha que é eticamente reprovável o Sr. Primeiro-Ministro estar neste caso?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Essa pergunta faz ricochete!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Acha normal manter-se no Governo, fazendo leis que iriam beneficiar estas empresas?

Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.

E mais: Sr. Primeiro-Ministro, diga-nos quantos membros do Governo estão nesta situação? É porque já sabemos do Primeiro-Ministro, do Ministro da Coesão Territorial, da Ministra da Justiça, da Ministra do Trabalho, já foi um secretário de Estado... Sr. Primeiro-Ministro, quantos mais membros do Governo estão nesta situação?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, por 2 minutos.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Cumprimento o Sr. Presidente e também o Sr. Primeiro-Ministro e os restantes membros do Governo e as Sr.^{as} e os Srs. Deputados.

Permita-me começar por lhe gabar aquela que foi a sua proeza, Sr. Primeiro-Ministro. O Sr. Primeiro-Ministro conseguiu fazer uma grande proeza, que foi a de ter em André Ventura um aliado, porque, na verdade, esta moção de censura não só é um mau serviço que faz ao País como também é, de alguma forma, uma moção por conveniência.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Todos nós já percebemos, de forma muito clara, que o Deputado André Ventura e a sua bancada querem despachar as malas e a bagagem que têm relativamente aos seus casos e casinhos...

Risos de Deputados do PSD e do PS.

... e, portanto, trazem este *show-off* mediático para esse efeito,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — A sua bancada cabe numa pochete!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... mas, aliás, o problema está muito longe de se esgotar no caso do Sr. Deputado Miguel Arruda.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Quer mais estufas?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É como as estufas!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Por isso mesmo, seria importante que o Sr. Primeiro-Ministro tivesse prestado esclarecimentos antes desta moção, e não neste triste espetáculo que o Chega, mais uma vez, nos vem aqui tentar proporcionar.

Sr. Primeiro-Ministro, para o PAN, a lei dos solos está claramente contaminada, e que fique claro que nós censuramos o Governo nesse processo da lei dos solos. Fizemo-lo em sede própria, com a apreciação parlamentar que, juntamente com o Livre, o Bloco de Esquerda e o PCP, trouxemos à Assembleia da República. E quem é que foi a boia de salvação? Lá está, o seu aliado também na lei dos solos, que agora é tão criticada nesta moção: o Deputado André Ventura, e a sua bancada, que votou contra a apreciação e a proposta que o PAN aqui trouxe, com as outras forças políticas, precisamente para que a lei dos solos não avançasse.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não valia nada, a proposta!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estava mal feita!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Mas além de censurarmos, efetivamente, aquela que tem sido a conduta do Governo nesta lei, também censuramos os recuos que fez em matéria de proteção animal, no SNS (Serviço Nacional de Saúde) e também em matéria de habitação, ou noutras matérias tão relevantes para o País e que não se traduzem em qualidade de vida para a população.

Mas ouvimos atentamente os seus esclarecimentos, Sr. Primeiro-Ministro, e lamento que, efetivamente, para lá deste circo mediático, haja uma dimensão que não ficou esclarecida. É que o Sr. Primeiro-Ministro deu o exemplo de as autarquias terem de validar qualquer desafetação dos terrenos, e eu recorro de que, precisamente nos casos do Sr. Secretário de Estado e do Sr. Ministro, já vieram a público questões de adjudicação por ajuste direto em que estavam envolvidas câmaras municipais, e essa é, exatamente, uma das preocupações que temos com esta opacidade e com este tipo de questões.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, não acha que este processo está claramente contaminado e que tem de haver um maior trabalho nesta Assembleia da República, a par daqueles que vão ter de ser outros esclarecimentos que não prestou, nomeadamente...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, já se percebeu o sentido do pedido de esclarecimento. Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rita Matias, do Chega, por 2 minutos.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me devolver o trocadilho da sua bancada, dizendo-lhe que, com o seu Governo, parece que Portugal passou do imobilismo do PS para o setor imobiliário do PSD.

Aplausos do CH.

Protestos do PSD.

Repare, ouvi o Sr. Primeiro-Ministro falar em chicana política e ouvi várias bancadas dizerem que o Chega deve um pedido de desculpas aos portugueses. E eu pergunto-me: onde é que andaram estes Srs. e Sr.^{as} Deputadas ao longo dos últimos 20 anos? É que, não sei se sabe, dos últimos três Primeiros-Ministros, há dois que estão a braços com a justiça e nenhum deles está sentado, ou esteve, nesta bancada.

Aplausos do CH.

Mas já que estamos numa de cronologias, deixe-me reavivar-lhe a memória: em 2002, o caso Freeport, que teve a mãozinha de José Sócrates durante o Governo de Guterres; podemos ir, depois, a 2009, ao caso Face Oculta, uma vez mais, com José Sócrates e Armando Vara; em 2014, a Operação Marquês;...

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Pagou propinas?!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... o caso BPN (Banco Português de Negócios), em 2008, que faliu e foi nacionalizado de uma forma muito estranha por José Sócrates;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro! Era o Cotrim que estava lá.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... temos também a Operação Fizz, em 2017, uma vez mais, com Armando Vara e Mário Lino, também eles socialistas; temos os casos dos vistos *gold*; mais recente, o caso *Tutti Frutti*, com 60 arguidos do PS e do PSD,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... não são do Chega; há as incompatibilidades do Governo de António Costa, que levaram, por exemplo, Pedro Nuno Santos a ter de prestar esclarecimentos sobre os negócios que a empresa do seu pai tinha com o Estado;...

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — E?!...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... tivemos ainda a demissão de António Costa, depois de terem sido encontrados 70 000 € no gabinete de Vítor Escária.

Portanto, o Sr. Primeiro-Ministro deve sempre prestar esclarecimentos aos portugueses, sobretudo porque a nossa Nação está fustigada por uma classe política que não tem profundidade política,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... que não tem seriedade, que não tem ética de trabalho, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PSD e do PS.

Arrisco-me a dizer que, nos 900 anos de história que o nosso País tem, a 3.^a República é a maior vergonha. Por isto, Sr. Primeiro-Ministro, se quer credibilizar as instituições, venha sem arrogância, venha com humildade e preste todos os esclarecimentos que os portugueses merecem.

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PSD, do PS e da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra, por 5 minutos, para responder a este grupo de perguntas.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Pinto, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, Sr.^a Deputada Rita Matias, para quem me instou a vir sem arrogância, a forma como terminou a sua intervenção, Sr.^a Deputada Rita Matias, é muito inspiradora.

Risos do PSD e de Deputados do PS.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Obrigada.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Em todo o caso, Sr.^a Deputada, deixe-me exemplificar, visto que ainda não tinha tido ocasião de o fazer, aquilo que é o magnata imobiliário que o Chega elegeu ser o atual Primeiro-Ministro de Portugal.

Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

Tenho aqui as cadernetas prediais de todos os prédios, rurais e urbanos, de que sou titular, como proprietário, e tirei aqui dois ou três, ao calha, para que o País perceba do que é que estamos a falar. Vou-lhe dizer:...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Porque é que não disse há uma semana?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... Quinta da Granja, na freguesia de Barrô, concelho de Resende, estamos a falar de uma propriedade cuja descrição é «um terreno de cultura, de regadio, com 20 oliveiras,...

Risos da Deputada da IL Mariana Leitão e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

...10 laranjeiras, 4 cerejeiras, 4 macieiras, vinha, mato, pastagem,...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Muito bom!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... dependência agrícola denominada “casa de caseiros”, com dois pavimentos, tendo o rés-do-chão duas divisões e o 1.º andar quatro divisões, com uma área coberta de 65 m²». Esta propriedade, uma das mais valiosas que detenho com estas características, tem um valor patrimonial de 1081,19 €.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Podia ter dito isso no Brasil!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vou repetir aqui: nos socalcos do Douro, se o Sr. Deputado André Ventura ou algum Deputado da bancada do Chega conseguir demonstrar que as alterações à chamada lei dos solos têm implicação na utilização e reconfiguração desta propriedade, eu sou menino para violar fortemente a minha consciência fraternal e oferecer este terreno ao Chega,...

Risos de Deputados do PSD e da IL.

... para poder aí erigir um empreendimento imobiliário e colocar à disposição das portuguesas e dos portugueses mais habitação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vai fazer uma casa, Ventura!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Por exemplo, na freguesia de Rabal, concelho de Bragança, com o artigo matricial 678 — há pouco, esqueci-me de mencionar, mas também não é difícil —, tem a designação Faceira de Baixo, é um lameiro com quatro negrilhos, tem confrontações com a estrada e tem um valor patrimonial de 18,46 €.

Risos da IL e do CDS-PP.

Está-se mesmo a ver que é aqui que vai ser edificada uma construção cuja valorização patrimonial me vai dar a riqueza que nunca tive, está-se mesmo a ver.

Risos da IL e do CDS-PP.

Mas vou dar outro exemplo, e este não sei sequer onde é que é. É meu, mas confesso que ainda não tive oportunidade de o visitar. Passei belas férias da minha infância nesta freguesia, na casa onde o meu pai nasceu. O meu pai era advogado, a minha mãe economista, tínhamos uma vida relativamente tranquila, mas passávamos a segunda quinzena de agosto nesta casa, que não tinha nem água nem luz. O meu pai quis transmitir aos filhos o lugar onde tinha nascido e os filhos gostaram. Esta casa não ficou para mim porque nas partilhas ficou para uma tia minha.

Mas, dentro deste perímetro patrimonial, há uma propriedade que se chama Cabeço de Abril,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Outra para o Ventura!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... que é uma pastagem e tem a módica quantia de valor patrimonial de 0,20 €.

Risos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eu compro! Podemos fazer negócio!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Talvez aqui, em vez da tradicional chega de bois, bem característica de Trás-os-Montes, possa nascer uma bela de uma moradia para poder dar abrigo a uma família e resolver o problema da habitação em Portugal, porque sinceramente a lei dos solos isso não vai conseguir fazer.

São essas propriedades o destino da lei dos solos, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para o último grupo de perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado André Pinotes, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Primeiro-Ministro, todo o Governo e os Srs. Deputados.

Sr. Primeiro-Ministro, há uma linha que separa o escrutínio do roubo de malas,...

Protestos do CH.

... que separa o escrutínio dos maus-tratos de crianças e o escrutínio dos abusos e dos crimes. E, no Partido Socialista, nós não cometemos esse equívoco. Sabemos exatamente qual é o lado em que estamos, que é o lado de se escrutinar aquilo que é a nossa função, de cumprir as nossas obrigações de transparência.

Ainda assim, registamos que o Chega censura hoje os próprios pés, encostado à parede pelos casos que criou a si mesmo.

Mas é sobre o Sr. Primeiro-Ministro e sobre a bancada do PSD que queremos falar. Pudera ser por repetição que a competência se definia e hoje, neste debate, estaríamos muito contentes, tal foi a quantidade de vezes que os Srs. Deputados repetiram uma competência que não há no seu Governo. Isso preocupa-nos e queríamos também que ficasse aqui registado.

Ademais, Sr. Primeiro-Ministro, dirijo-me diretamente a si. Como líder da oposição — e talvez possa ter alguma má consciência sobre isso —, não tinha esta postura, não brincava como brincou na última intervenção, não tinha a leveza com que já se apresenta agora a meio do debate. Como líder da oposição, o Sr. Primeiro-Ministro questionava tudo o que hoje já aqui foi questionado e muito mais, Sr. Primeiro-Ministro. Usa para si um peso diferente daquele que usava no passado.

Onde estavam estes arautos quando o nosso regime começou a ser colocado em causa?

Aplausos do PS.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Diga uma vez em que fiz isso!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Mais, um regime democrático que está a ser perigado não pode ter um Primeiro-Ministro que está condicionado. E muito menos pode ter um Primeiro-Ministro que se decide condicionar, seja por tacticismo, seja por temor, e não dar os esclarecimentos que devia ter dado.

Sabe, Sr. Primeiro-Ministro, é que teve oportunidade, durante muito tempo, de esvaziar aquilo que hoje aqui se está a passar.

Não quero afirmar perentoriamente que foi por opção e por tacticismo para poder ter esta conversa, mas a verdade é que ficaram questões por responder. Falou muito, respondeu a muita coisa, mas não disse o essencial.

Se até ao final do debate o Sr. Primeiro-Ministro não nos souber dizer quem são as pessoas e empresas que estão aqui em causa, quais são os valores e quem é que prestou o serviço, estas bancadas do espectro da democracia não o podem syndicar.

E não pode ter uma conceção seletiva da confidencialidade, porque, quando foi para dizer o nome do grupo que o estava a acossar, soube dizer: era a Cofina, porque era um incómodo que lhe estava a criar. Diga os outros, para podermos fazer o nosso trabalho.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Rui Afonso, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, depois de ouvir o Sr. Deputado André Pinotes Batista, até fiquei com a ideia de que o PS ia votar favoravelmente a nossa moção de censura.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PS André Pinotes Batista.

Afinal, parece que nem o próprio PS está de acordo.

Sr. Ministro, se realmente se confirmar que alguns dos terrenos rústicos que o Sr. Ministro possui forem passíveis de conversão para terrenos urbanos, nós aceitaremos o seu repto de os converter para o Chega.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro e não Sr. Ministro.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro.

Agora, vamo-nos centrar na questão do debate. O Sr. Primeiro-Ministro explicou à imprensa que, na altura em que constituiu a empresa, em janeiro de 2021, o objetivo era incorporar na sociedade o património que herdou dos seus pais e revitalizá-lo, mas que esse projeto acabou por nunca se realizar porque entretanto regressou à vida política ativa.

Contudo, Sr. Primeiro-Ministro, se a pretensão era constituir uma empresa de âmbito imobiliário, porque é que o Sr. Primeiro-Ministro colocou como CAE (código de atividade económica) principal da empresa «atividades de consultoria para negócios e outras consultorias para gestão»?

Pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, em que é que este código de atividade está relacionado com a revitalização de património imobiliário próprio. Penso que nada, penso que nada.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — A intervenção do contabilista!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, a sua empresa — porque posso dizer «a sua empresa» — registou um volume de negócios de 415 000 € em 2022 e pouco mais de 235 000 € em 2023, com um valor em caixa e depósitos bancários a superar os 340 000 €.

Protestos do Deputado do PSD João Vale e Azevedo.

Se não houve quaisquer transações imobiliárias destes valores, conforme o Sr. Primeiro-Ministro já disse, então estes valores advêm unicamente da prestação de serviços.

Reparamos também que a empresa regista um elevado valor à conta de fornecimentos e serviços externos, mais propriamente quase 69 000 € em 2022 e 66 000 € em 2023.

As questões que se impõem, Sr. Primeiro-Ministro, são: quais são os clientes desta empresa? Quais são os quatro empregados que a empresa possui? Quem é que possui competências para prestar os serviços de consultoria? Que tipo de fornecimentos e serviços externos são estes? Esta empresa não funcionará...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Eduardo Teixeira, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, hoje, ouvimos aqui, da bancada do PS, do Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, aquilo que eu entendi como um repto. É que, se não prestar todos os esclarecimentos, se as dúvidas hoje não forem desfeitas, o PS, por questões ideológicas e talvez por entender que André Ventura é o líder da oposição, não viabilizará esta moção de censura, mas chumbará uma moção de confiança.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Quem é que é o líder da oposição?

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, se as bancadas não considerarem que os esclarecimentos foram prestados, admite este Governo apresentar uma moção de confiança na qual o Partido Socialista já disse que votará contra?

Aplausos do CH.

Protestos do PSD.

É que, Sr. Primeiro-Ministro, não leve a mal, eu entendo o esforço que fez, todos entendemos que disse várias coisas sobre a sua vida pessoal e que partilhou vários dados, mas não respondeu às questões que estão no texto da moção de censura que nós apresentamos.

Quem são os clientes daquela empresa?

Protestos do PSD.

Nós sabemos, porque consultamos o que é público que o Sr. Primeiro-Ministro teve, nos poucos anos entre sair como Deputado e entrar como Presidente do PSD, uma carreira profissional, e isso é de salutar.

Mas sabemos que pertenceu aos órgãos sociais de duas empresas e aqui lanço mais duas: Rádio Popular e Grupo Ferpinta. Teve negócios com estas duas empresas nestas duas sociedades?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isto está a custar-lhe de uma maneira que é de morrer a rir!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Por fim, quando o senhor sai porque foi eleito Presidente do PSD, pergunto-lhe: quem o substitui nesta consultoria, quem são as pessoas? Também ainda não respondeu a essa questão. De facto, os seus contactos, a sua casa e o seu número de telemóvel estão nessas informações. E era isso, Sr. Primeiro-Ministro,...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cristina, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Depois queres que tenha consideração por ti?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Isso parece uma ameaça!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos criar condições para ouvir o Sr. Deputado. Faça favor, Sr. Deputado Rui Cristina.

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, há pouco, fomos presenteados com um momento quase alegórico...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O que quer dizer alegórico?

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — ... por parte dos Srs. Deputados do Partido Social Democrata, que quiseram branquear a realidade.

Mas a verdade é que o Serviço Nacional de Saúde atravessa um período sombrio, com falhas graves e decisões questionáveis. Diariamente, surgem relatos de crianças com doenças oncológicas em espera, de sucessivas demissões no INEM, de filas nas urgências a ultrapassar as 30 horas e de um desrespeito crescente pelas reais necessidades do setor.

Recordemos o caso do ex-Diretor Executivo do SNS, Gandra d'Almeida, que, enquanto liderava a Delegação Regional do Norte do INEM, prestava serviços nas urgências de Faro e de Portimão, recebendo mais de 200 000 € por via de uma empresa de que é sócio-gerente, algo já evidenciado pelo relatório da CREsAP (Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública), mas ignorado pela Sr.^a Ministra da Saúde.

Como se isto não bastasse, várias administrações das unidades locais de saúde foram substituídas de forma abrupta por pessoas sem experiência em gestão hospitalar.

Ponto número 1: um geógrafo à frente da ULS (unidades locais de saúde) de Castelo Branco; um académico sem experiência na Cova da Beira; e outros perfis sem histórico no setor são agora responsáveis por orçamentos de milhões de euros. Esta é a realidade do nosso SNS.

Sr. Primeiro-Ministro, peça-lhe que pare com estas nomeações de cartão partidário laranja...

Risos do PSD, do PS, da IL, do L e do CDS-PP.

... e pergunto-lhe se não está na hora de reconhecer que a saúde em Portugal não é uma bandeira para o seu Governo e que relegou para segundo plano o SNS.

Aplausos do CH.

Para terminar, não posso deixar de afirmar aqui uma frase. Sem o Ventura, não haveria censura ao conluio entre estes dois partidos que, nos últimos 50 anos, governaram Portugal. É para saberem!

Aplausos do CH.

Protestos do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder a este grupo de pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, só tenho 3 minutos, muito bem.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Cristina, se houvesse decoro no debate político e parlamentar, ao menos o Sr. Deputado falava só num ano! E, já agora, o Sr. Deputado André Ventura também falava em seis ou sete, não podia falar mais!

Aplausos do PSD, do L e do CDS-PP.

Protestos do CH.

Porque essa história dos 50 é um amor novo dos Srs. Deputados. Dos dois!

Risos de Deputados do PSD.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Responda-me a mim!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado Rui Cristina, acaso tivesse ficado um bocadinho acima na proposta de lista que o PSD formulou para as últimas eleições, estava aqui hoje a defender estas nomeações com unhas e dentes! Não há dúvida!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

E o Sr. Deputado Eduardo Teixeira ao lado!

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

E agora oiçam esta: e se, em 2018/2019, eu próprio me tivesse candidatado a Presidente do PSD, o André Ventura talvez ainda estivesse no PSD!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E, aí, o que se diria dos 49 anos anteriores, ou dos 43, ou dos 44? Ó Srs. Deputados, tenham decoro, façam combate político com elevação, com argumentos,...

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, responda-me a mim!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... mas não façam essas figuras, não vos fica bem, não fica bem a esta Casa, não fica bem ao debate.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

Sobre as questões de transparência, respondi a quase todas as questões, é verdade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Transparência: quem eram os clientes?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sobre a questão que foi aqui colocada dos serviços externos daquela empresa, são pessoas altamente qualificadas que prestam serviço à empresa, é verdade. Sobre a questão dos dividendos, não foram distribuídos porque estão lá retidos para investimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado André Pinotes, o cliente que eu nomeei foi nomeado ao próprio, não fui eu que revelei o nome do grupo de comunicação social do qual o *Correio da Manhã*, que o Sr. Deputado conhece bem, faz parte. Fizeram-me uma pergunta, o próprio, e eu respondi que é irónico ser o próprio a fazer-me a pergunta. Depois, o órgão de comunicação social em causa decidiu publicar, foi com a autorização dele.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu já aqui disse que qualquer dos clientes desta sociedade que queira revelar que é cliente, por mim, está à vontade, e creio que por parte dos sócios atuais da empresa também estará. E se quiserem até explicar, eles próprios, clientes, qual é o serviço que lhes é prestado, se calhar ainda vamos chegar à conclusão, e também falaram aqui *en passant* sobre isso, que o preço dos serviços fica muito em conta.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

Vozes do PSD: — *Wow!*

O Sr. **Presidente**: — Ó Srs. Deputados! Srs. Deputados, por amor de Deus!

O Sr. Deputado Rui Cristina está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Sr. Presidente, é para fazer uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Sr. Presidente, só gostava de lembrar a esta Casa, a Casa da Democracia, uma expressão em latim: *ad hominem* — quando não se tem argumentos, ataca-se a pessoa.

Aplausos do CH.

Risos do Deputado do L Rui Tavares.

Vozes do PSD: — Oh!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Vocês sabem bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Vão pedir a distribuição de um dicionário?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, isso não tem nada a ver com uma interpelação à Mesa, aliás, não é uma interpelação à Mesa.

Sr. Deputado Pedro Pinto, deseja usar da palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, queria que ficasse registado, e pedia à Mesa que fizesse isso, o comportamento dos Deputados do Partido Social Democrata quando estavam a falar os Srs. Deputados Eduardo Teixeira e Rui Cristina.

É que estes dois Deputados já estiveram nas fileiras do PSD, mas hoje são eleitos pelo Chega e eleitos pelo povo português.

Aplausos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Têm todo o direito de estar aqui, toda a legitimidade e merecem todo o respeito desta Casa, não merecem a chicana nem o achincalhar que tentou fazer o PSD. É uma vergonha para esta Casa.

Aplausos do CH.

Sr. Presidente, só para terminar, quando tentam achincalhar a bancada do Chega e dizer que somos nós os malcomportados, hoje tivemos o exemplo de quem são os malcomportados aqui dentro.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O pedido do Sr. Deputado é, digamos, *exabundante*, porque tudo é gravado, tudo é registado e a avaliação será feita porque isso está registado e gravado, portanto, não era necessário ter solicitado esse pedido.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O problema é que não é tudo!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Pedro Duarte): — Sr. Presidente, era para uma interpelação à Mesa, nos mesmos termos, se for possível.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, era para agradecer ao Sr. Deputado Rui Cristina por ter sintetizado bem este debate quando disse que, quando não há argumentos, ataca-se o homem.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do CH Rui Cristina.

O Sr. **João Vale e Azevedo** (PSD): — Isto está a correr mal ao Chega!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Depois disto, estou convencido de que o Porto merece!

O Sr. **Presidente**: — Vou dar agora a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua para uma intervenção. Dispõe de 5 minutos e 22 segundos. Faça favor.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O que é que podemos esperar de vários ministros que olham para o problema da habitação do ponto de vista de um promotor imobiliário?

Srs. Deputados, este não é só um problema ético, o conflito é político. O interesse de quem não consegue pagar a renda da casa hoje é diferente do interesse de quem ganha com as rendas nos máximos, o interesse de quem não consegue comprar uma casa é diferente de quem ganha com a especulação. A habitação e a especulação são, de facto, interesses em conflito.

O interesse do País é que haja rendas que as pessoas possam pagar, é recuperar os imóveis vazios do Estado, é utilizar o património devoluto. O interesse do País é pôr fim à especulação que faz subir os preços. O interesse de Portugal é a casa que o Governo nega e por isso o Governo do PSD está em conflito com Portugal.

Mas esta moção de censura não é sobre o Governo, nem sobre a vida das pessoas comuns e muito menos sobre as suas casas; este debate é sobre o Chega.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, os insultos não são apenas má educação, os métodos violentos não são excessos, as bizarras não são estupidez.

Protestos da Deputada do CH Patrícia Carvalho.

Nada é por acaso. Tudo na atuação do Chega é calculado e ensaiado.

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Grande lata!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O Chega não inventou nada, copiou tudo de uma cartilha internacional que diz assim: Se és acusado com factos, contra-ataca com mentiras; se a imprensa faz perguntas, acusa a imprensa de perseguição; se o Governo te ultrapassa na imigração, candidata-te a Presidente da República;...

Protestos de Deputados do CH.

... se o líder parlamentar incita ao crime, vai para as escadas da Assembleia da República dizer «querem-nos prender, querem-nos levar para a prisão»; se estás cercado de casos de polícia na bancada parlamentar, grita mais alto, diz que vais limpar Portugal e apresenta qualquer coisa, por exemplo, uma moção de censura, mas qualquer outra coisa serve.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não ganhavas três salários?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Limpar Portugal de quê, Sr. Deputado André Ventura?

A Sr.^a **Patrícia Carvalho** (CH): — Do Bloco! Do teu partido!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Do potencial de corrupção e de conflitos de interesses da lei dos solos? O Chega viabilizou a lei dos solos de Hernâni Dias, de Castro Almeida e de Luís Montenegro.

Aplausos do BE e do L.

Não foi outra lei, Sr. Deputado, foi esta, a que está em vigor, a que abre o caminho da corrupção, dos conflitos de interesses. Esta semana, o Parlamento votaria alterações à maldita lei e podíamos até revogá-la, mas ela continua em vigor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E porquê?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E sabe porquê, Sr. Deputado André Ventura? Porque o Chega impôs o adiamento dessas votações, que seriam hoje.

Aplausos do BE e do L.

Diga a verdade, Sr. Deputado André Ventura. Olhe os portugueses nos olhos...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nós olhamos!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... e peça desculpa por agendar uma moção de censura que é só para tapar as vergonhas da sua bancada, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Bem!

Protestos da Deputada do CH Patrícia Carvalho.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Olhe Portugal nos olhos, cada pessoa, e peça desculpa por ter votado a favor para manter uma lei de conflitos de interesse e que abre a porta à corrupção.

Olhe os portugueses nos olhos, olhos nos olhos, Sr. Deputado André Ventura, e admita que o seu partido é financiado pelo imobiliário.

Protestos de Deputados do CH.

Olhe os portugueses nos olhos e admita que o homem que lhe organizou uma campanha de recolha de fundos foi intermediário do negócio imobiliário e dos amigos de Sócrates, de Vale do Lobo, e de Armando Vara.

Sr. Deputado André Ventura, olhe os portugueses nos olhos e admita que há Deputados do Chega que têm empresas imobiliárias iguais às do ministro e do secretário de Estado que fizeram a lei.

Aplausos do BE.

Sr. Deputado, olhe os portugueses nos olhos e diga que tem Deputados que partilhavam empresas de promoção imobiliária e na mesma morada, os dois da mesma bancada do Chega.

Sr. Deputado, olhe os portugueses nos olhos e explique aos portugueses porque é que os Deputados do Chega, que têm empresas imobiliárias, não pediram escusa quando votaram a lei dos solos.

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

Sr. Deputado, olhe os portugueses nos olhos, olhe os portugueses diretamente, cara a cara, nos olhos, e peça desculpa por todo o oportunismo político,...

Aplausos do BE.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Bem!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... por nos arrastar aqui, hoje, para este debate, e diga aos portugueses: «Eu queria era estar no Governo, ao lado de Luís Montenegro, mas, como não consegui, apresento moções de censura.»

Aplausos do BE.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Três ordenados!

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português. Dispõe de 3 minutos e 39 segundos.

Pausa.

Pedia aos Srs. Deputados que estão de pé o favor de se sentarem e aos que estão em conversas bilaterais o favor de não o fazerem, para a Sr.^a Deputada poder usar da palavra.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, são muitas as razões para censurar o Governo: baixos salários e pensões,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Subiram!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... ataque a direitos, degradação de serviços públicos, desinvestimento público,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não! Aumentou!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... limitações ao aparelho produtivo, promoção da especulação, privatizações. É que o populismo combate-se com uma política ao serviço da maioria e não dos grupos económicos. Denunciámos as consequências da política de direita do Governo PSD/CDS-PP; dissemos que não iria resolver os problemas, que iria agravá-los e que aproveitam os problemas como uma oportunidade de negócio; e dissemos que este Governo não entraria em funções e propusemos uma moção de rejeição ao seu programa. Como se posicionou o Chega? Votou contra, dando respaldo a este programa.

O Chega traz uma moção para censurar a degradação das condições de vida e a política de baixos salários e pensões? Não. O Chega, tal como o Governo, é cúmplice da acumulação de lucros colossais dos grupos económicos à custa do sacrifício dos trabalhadores e dos reformados.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — É uma moção que censura o aumento do custo de vida, sem que haja intervenção do Governo para fixar e reduzir os preços de bens e serviços essenciais? Não, não é, tal como o Chega recusa reduzir os preços de bens essenciais, como os produtos alimentares, os combustíveis ou a botija de gás.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falso! Nós temos uma proposta sobre a botija de gás!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Então, é uma moção que censura a degradação do Serviço Nacional de Saúde, o encerramento de serviços, os elevados tempos de espera que deixam utentes sem médico de família? Não, também não é. Aliás, o Chega tem estado de acordo com as opções do Governo de privatização da saúde e transferência de recursos financeiros do SNS para os grupos privados.

É a habitação? O Chega quer censurar o Governo pelas crescentes dificuldades no acesso à habitação? Também não. O Chega foi contra a garantia de estabilidade no arrendamento e a proteção dos inquilinos.

Estes problemas, sentidos todos os dias pelos trabalhadores, pelos reformados, pelo povo, passam ao lado desta moção de censura apresentada pelo Chega. Esta moção é uma fuga em frente de um partido desorientado no atoleiro em que se encontra.

Sim, consideramos que são devidas explicações ao País e que o Primeiro-Ministro e o Governo o deveriam ter feito logo. Sim, consideramos que é preciso pôr fim à promiscuidade entre o exercício de titulares de cargos

públicos e os interesses particulares. E entendemos que o exercício de cargos públicos não pode ser para benefício dos próprios em nenhuma circunstância.

Quanto ao que está na origem, no caso que envolve o Primeiro-Ministro, a alteração à lei dos solos que incentiva a especulação, na verdade, o Chega é tão responsável quanto o Governo porque votou contra a cessação de vigência deste decreto, esteve de acordo com a especulação que, já se sabia, iria favorecer o setor imobiliário. Esteve ao lado do PSD e do CDS.

Se há possibilidade de beneficiar com a especulação, o Chega permitiu que assim fosse, por isso, não tem autoridade nem moral para censurar o Governo.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vocês é que têm!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sabemos bem o que o Chega quer: desviar as atenções dos casos em que está envolvido. Não é mais do que uma manobra para sacudir a pressão e as suas responsabilidades nas escolhas que fez e que deixa a descoberto quem verdadeiramente são.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Miguel Tiago onde é que está? Está aí?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — O PCP não patrocina manobras do Chega, nem cala a denúncia das opções do Governo PSD/CDS-PP, as quais o Chega partilha.

Aplausos do PCP.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.^a **Presidente**: — Está inscrita, para uma intervenção pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a Sr.^a Deputada Mariana Vieira da Silva. Faça favor, Sr.^a Deputada, tem até 17 minutos e 48 segundos.

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sobre esta moção de censura, nada mais há a acrescentar, pois está muito claro porque é que ela existe e qual é o seu fim.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É a falta de coragem do PS!

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Mas o que verdadeiramente nos traz aqui é a falta de transparência e ela é bem visível na forma como este Governo lida com as perguntas, quaisquer perguntas, venham elas da comunicação social ou do Parlamento.

E a saúde foi uma das primeiras áreas onde a opacidade como modo de governar foi notória. A opacidade para que não se conheça a realidade, a opacidade para que não se discuta a incompetência e os falhanços de tantas medidas.

Durante meses, o Primeiro-Ministro e a Ministra da Saúde insistiram na meta de zero doentes oncológicos com cirurgias fora do tempo de resposta. Em agosto, cantaram vitória com a ajuda de dados que desapareceram do portal. E em janeiro, depois de sistematicamente não responderem às questões aqui colocadas pelo Partido Socialista, lá foram forçados a reconhecer que afinal a meta nunca foi atingida e o número de pessoas que espera por uma cirurgia oncológica para lá do tempo de resposta nunca foi zero.

À medida que as urgências iam encerrando, o Governo tentou de tudo um pouco. Tentou que os hospitais não informassem a comunicação social, tentou que evitassem os avisos públicos. E fê-lo seguindo sempre o mesmo plano: de que a informação não divulgada é menos escrutínio, mesmo que se deixe os cidadãos entregues aos telefones, às tentativas do ir e vir, tentativa-erro e até sujeitos a ficarem sem atendimento, numa emergência, à porta de um hospital.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Exatamente!

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — As notícias das últimas horas garantem que o Hospital de Santo Tirso será entregue à Misericórdia dentro de cerca de um mês. Pergunto: que informação existe sobre este assunto? Sobre a sua necessidade? Sobre os seus critérios? Nada. O Parlamento não tem, o Conselho de Administração da ULS não tem, a Câmara Municipal de Santo Tirso não tem. Ninguém conhece como se garantirá a integração de cuidados nesta ULS ou como se organizará o seu funcionamento.

Há poucos meses, o Governo anunciou o plano de acesso à cirurgia não oncológica. Neste caso, os privados escolheriam os doentes. Quantos doentes estão na lista? Quantos foram selecionados pelos privados e assim saíram da lista de espera habitual? Quantos foram operados? Ninguém sabe.

A cada problema que surge, a estratégia é sempre a mesma: esconder o problema, limitar o escrutínio. E quando o plano A não resulta, passa-se ao plano B. Humilham-se as direções, solicitam-se auditorias, que depois nunca se conhecem, e demitem-se os dirigentes.

Não é por o Governo não falar dos problemas que os problemas desaparecem. Pelo contrário, agravam-se os problemas existentes e aparecem problemas novos, agravados por uma dança de cadeiras incessante no que parece ser a especialidade da Ministra da Saúde, que não permite nem estabilizar políticas, nem quadros dirigentes.

Opacidade e instabilidade são imagens de marca do Governo na área da saúde. Isso e promessas sistematicamente falhadas. Ao fim de quase um ano, podemos dizer: não é feito, é mesmo defeito.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Sr.^a Deputada tem um pedido de esclarecimentos do Sr. Deputado Emídio Guerreiro, do Grupo Parlamentar do PSD.

Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Mariana Vieira da Silva, quero começar por dizer que a acompanho nas suas preocupações e no motivo que nos trouxe aqui — ou seja, nesta tentativa por parte do Chega de limpar a imagem afastando as atenções —, mas permita-me que discorde quando diz que há uma falsa transparência.

Não me recordo de um líder partidário expor de forma tão clara tantos aspetos, não tendo de o fazer nesta Câmara. E fê-lo a bem da transparência.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Por isso, transparência é o que mais tem havido aqui.

Mas recordo que a Sr.^a Deputada fez parte de um Governo que injetou milhares de milhões na TAP para nada, para alguém brincar aos aviões.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Fez parte de um Governo que pagou por *WhatsApp* indemnizações milionárias. E não me lembro de ouvir a sua preocupação com a transparência.

Protestos do PS.

Lembro também que a Sr.^a Deputada fez parte de um Governo que anunciava aeroportos de manhã para desmentir à tarde.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — E não me recordo de a Sr.^a Deputada se queixar de falta de transparência. Lembro também, Sr.^a Deputada, que o seu Governo fez um mal estrutural a Portugal com as políticas de educação.

Protestos do PS.

Andou a fazer experiências pedagógicas com as políticas de educação. Criou sistematicamente um estigma em torno da classe docente, o que faz com que hoje os jovens portugueses não olhem para essa carreira como sendo aliciante. Além disso, a política do seu Governo levou a patamares miseráveis nas avaliações internacionais. E não me recordo de ver a sua preocupação, Sr.^a Deputada. Recordo-me, sim, de a Sr.^a Deputada alinhar com o Sr. Primeiro-Ministro, que dizia aqui que se o tempo de serviço fosse recuperado seria o fim das contas públicas. Mas não foi o fim das contas públicas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — E o mesmo aconteceu com as polícias, os guardas prisionais, com os enfermeiros, os médicos. Tudo isso tem vindo a ser repostado, para bem dos portugueses que têm esses trabalhos.

Protestos do PS.

De que se queixa o Partido Socialista, Sr.^a Deputada? Só pode ser de si próprio, pelos erros que cometeu ao longo da governação.

Mais lhe digo, Sr.^a Deputada. Como já se verificou aqui, «o populismo combate-se com a competência». Que pena o seu Governo ter sido tão incompetente!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Vieira da Silva.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Emídio Guerreiro, durante o período inicial deste debate, julguei que o PSD queria discutir políticas. Mas vim aqui falar de saúde e o PSD resolveu que de saúde é melhor não dizer nada, porque já não tem nada a acrescentar.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Sr. Deputado, se há coisa que ninguém — nem na bancada do Governo, nem nessa bancada — dirá é que nunca respondi a todas as perguntas que me faziam.

Estou totalmente disponível para fazer o debate que o Sr. Deputado quer fazer. Só há um pequeno problema: queixei-me aqui — como é meu direito, julgo que concorda — de questões concretas na área da saúde. Aliás tenho vindo a insistir, semana após semana, mas, infelizmente, todas se têm verificado verdadeiras.

O que não vejo é a capacidade de a bancada do PSD se adaptar a uma coisa muito simples: se o Sr. Deputado olhar para a bancada do Governo à nossa frente, não vê lá António Costa, nem Mariana Vieira da Silva, nem Pedro Nuno Santos.

Protestos do PSD e contraprotestos do PS.

Recomendo uma coisa, Sr. Deputado: a bancada do PSD tem de se habituar a isso, porque vai progressivamente ficando desatualizada nessa tentativa de continuar a fazer oposição ao Governo anterior.

Aplausos do PS.

Sr. Deputado, o Partido Socialista apresentou as suas medidas. Foi três vezes a eleições e em cada uma delas subiu. Na última, perdeu. Os ajustes de contas com os portugueses estão feitos.

Agora é o tempo de as Sr.^{as} e dos Srs. Deputados darem a cara pelo que faz aquele Governo.

Protestos do Deputado do PSD Emídio Guerreiro.

O que aqui fizeram foi muito simples. Houve três perguntas sobre saúde e zero respostas! Desse ponto de vista, não há nada de novo neste debate face aos anteriores.

Aplausos do PS.

O Partido Socialista orgulha-se muito do investimento que fez no SNS,...

Vozes do PSD: — Oh!...

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — ... porque é esse investimento que permite aumentar a capacidade de resposta e termos hoje a capacidade de melhorar a qualidade dos cuidados. Sem ele nada existiria. É disso que era importante que todos nos lembrássemos.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Está inscrita para uma intervenção a Sr.^a Deputada Isabel Ferreira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem até 12 minutos e 3 segundos.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sr. Primeiro-Ministro, ouvimos aqui hoje muito falar da frase «o populismo combate-se com competência», mas infelizmente não é este o caso do seu Governo.

Vimos isso na saúde e também na política de educação e ciência, que não trouxe resultados, sendo lamentável a forma como os números têm sido utilizados, sempre em tom propagandístico, numa tentativa de disfarçar o agravamento da situação dos professores, dos auxiliares de educação, dos alunos, dos investigadores.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — E em relação ao tempo de serviço?

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Mas vamos a factos. Na educação básica e secundária temos alunos sem professores.

Os senhores pediram uma auditoria aos dados depois de terem empolado os números para um anúncio absolutamente precipitado. Mas a Missão Escola Pública já disse que mais de 32 000 alunos estavam sem pelo menos um professor no início do segundo período. Trata-se de uma situação de agravamento em relação ao ano letivo anterior, mas também em relação a este ano letivo.

Protestos do Deputado do PSD Pedro Alves.

As medidas do plano Mais Aulas, Mais Sucesso ficaram muito aquém do prometido. Nenhum dos 140 técnicos superiores chegou às escolas, o número de professores reformados que aceitaram voltar é reduzidíssimo e as bolsas de estudo para estudantes de cursos via ensino ainda não foram atribuídas.

O que é que temos? Temos professores sobrecarregados com horas extraordinárias, um subsídio de apoio à deslocação injusto e só para alguns professores, um concurso extraordinário que trouxe poucos professores novos ao sistema, e mais burocracia e mais trabalho para os professores com as provas ModA, os seus ensaios e as bolsas solidárias para a sua correção.

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — Muito bem!

Protestos do Deputado do PSD Pedro Alves.

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Isto para não falar no desprezo pela disciplina de Cidadania e Desenvolvimento. Uma disciplina que ensina direitos humanos...

Aplausos do PS.

... e com a qual os senhores querem acabar. Preferem que as nossas crianças cresçam sem saber, por exemplo, defender-se da violência no namoro.

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A ideologia de género vai acabar!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Se não fosse o Chega não falavam em ideologia de género!

A Sr.^a **Isabel Ferreira** (PS): — Pela primeira vez, em seis anos, as vagas no Concurso Nacional de Acesso a Medicina não aumentam.

O investimento de 30 milhões de euros do PRR nas escolas médicas parece ser só para estudantes estrangeiros, que, segundo o Sr. Ministro da Educação, permitirão a cobrança de propinas elevadas. Bem ao jeito da vontade do seu Governo de aumentar as propinas aos estudantes de ensino superior.

O Governo apresentou também uma proposta de revisão do regime jurídico do ensino superior que desvaloriza totalmente o sistema binário, porque não tiveram coragem de definir critérios de qualidade transparentes e rigorosos. Talvez assim aconteça o que desejam, mas sem coragem para o admitir. A unificação do sistema por falta de regras definidas e por incentivo a fusões entre politécnicos e universidades, entre instituições públicas e privadas, que irão desorganizar e enfraquecer a rede de instituições de ensino superior.

Mas também na ciência não estamos melhor. Apesar de o Sr. Primeiro-Ministro ter prometido a análise de candidaturas que envolvem fundos europeus em 60 dias, ainda nem sequer conhecemos todos os resultados do concurso de projetos de investigação FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) de 2023, ainda não temos aberto em pleno o concurso de 2024 e não existe calendarização para 2025.

A avaliação dos centros de investigação está atrasada e o dinheiro não chegará antes de 2026. Também os contratos de estímulo ao emprego científico individual reduziram de seis para três anos.

A contratação para a carreira de investigação no FCT-Tenure — um programa que herdaram do Governo anterior — está atrasadíssima e há investigadores que já terminaram e que estão a terminar os seus contratos.

Isto são factos que demonstram a incapacidade do seu Governo em áreas estruturantes para o País e para os portugueses, como é o caso da educação.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, a Mesa não regista mais inscrições. Peço, portanto, às lideranças das bancadas e ao Governo, que também tem tempo, que ponderem as respetivas inscrições. Não o fazendo, passaremos ao encerramento.

Pausa.

Para uma intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Matos. Dispõe de 7 minutos e 20 segundos.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: Estamos aqui hoje por causa dos malabarismos da sua vida privada, mas era mesmo importante falarmos dos malabarismos do seu Governo em matéria de política de juventude.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Não há malabarismos!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — É que começou mal! Foi malabarista quando criou o Ministério da Juventude, mas no ensino superior nem ministério, nem secretaria de Estado. Foi malabarista quando em relação ao choque fiscal que anunciou, na verdade, 80 % já estava aprovado pela anterior maioria do Partido Socialista.

Mas não ficou por aqui. Anunciou mais camas para os estudantes nas pousadas de juventude, mas não anunciou que os estudantes que recusassem um quarto sem condições ficariam sem o apoio social. Tal como não anunciou que iriam desistir de construir residências universitárias, tal como não anunciou que iriam cortar no complemento de alojamento.

Aplausos do PS.

Anunciou mais psicólogos no IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude), mas não anunciou que iam passar seis meses sem fazer nada para os contratar. Anunciou depois que queria mais emprego jovem, mas escondeu que iam cortar nos estágios, escondeu que iam cortar no incentivo para que as empresas ficassem com os estagiários, com contratos de trabalho.

Anunciou, anunciou, anunciou, mas, quando chegou a altura da concretização, concretizou pouco, muito pouco, ou nada.

E ameaçou. O seu Governo ameaçou por duas vezes os jovens com o aumento da propina. E ameaçou também com o fim da devolução da propina — sim, o prémio salarial —, dizendo que não se podia acumular a devolução das propinas com o IRS Jovem. Sr. Primeiro-Ministro, não sejam forretas. O IRS Jovem sempre se acumulou com a devolução das propinas.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, são 2000 € para os licenciados, são 5000 € para os mestres que o seu Governo malabarista está a tirar diretamente da conta dos jovens portugueses. Estão a poupar ao futuro dos jovens para quê? É para reduzir o IRS para as grandes empresas? É essa a prioridade que VV. Ex.^{as} têm para os jovens?

É que sabe, Sr. Primeiro-Ministro, esses 5000 € davam muito jeito a um jovem para poder ter dinheiro para poder comprar a primeira casa.

Protestos do Primeiro-Ministro.

E é certo: apesar dos alertas, aprovou-se a isenção do IMT e do imposto do selo, mas sabe o que é que aconteceu desde então? Os preços subiram a um ritmo como não subiam há muito. E é, na verdade, a simples lei da oferta e da procura: aumenta-se a procura, não se aumenta a oferta, o preço sobe.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

Pois bem, se a procura fosse só de jovens que agora poderiam passar a comprar a casa porque tinham a isenção, estava tudo bem, mas não é o caso. Há muitos que estão de fora. E sabe que mais? Estão de fora por causa das políticas do seu Governo, porque este Governo voltou a liberalizar o alojamento local, baixou os impostos para o alojamento local.

Aplausos do PS.

Protestos da IL.

Estão a poupar nos jovens para dar dinheiro ao alojamento local e isso não é aceitável. Sr. Ministro, é mais um malabarismo do seu Governo.

Protestos do PSD.

Mas, mesmo na habitação, não ficámos por aqui. Na habitação pública o anterior Governo tinha um objetivo de 100 mil casas, o seu Governo já reduziu para 59 mil. No apoio à renda há 46 mil famílias que este mês estão desamparadas, porque VV. Ex.^{as} falharam, com a incompetência que, de facto, alimenta os populismos.

Mas o escândalo maior está mesmo no Porta 65 Jovem. Anunciaram uma reforma para alargar o acesso e acelerar a atribuição das verbas — uma reforma que começou mal, porque a plataforma informática falhou — ,...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Ah!...

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — ... mas sabe uma coisa, Sr. Primeiro-Ministro? Passaram-se mais de cinco meses e ainda não há um único jovem, que se tenha candidatado com as novas regras, que já tenha recebido o apoio. Há jovens que estão há cinco meses à espera de que terminem os vossos malabarismos e digam um simples «sim» ou «não». Alguns têm já a casa, não sabem se vão receber o apoio; alguns desistiram de ter a casa. E o que lhe pergunto, Sr. Primeiro-Ministro, é se está confortável com o facto de que por causa dos seus malabarismos, por causa da incompetência do seu Governo, um jovem tenha de atrasar a emancipação da sua vida.

Pois bem, Sr. Presidente, é verdade que da saúde mental aos estágios, no ensino superior, nos rendimentos e na habitação, este Governo está cheio de malabarismos que deixaram mal os jovens. Por isso, fica a grande dúvida desta geração: será esta a prioridade que o Governo dá aos jovens?

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Grande lata! Grande lata!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, voltamos à situação de não termos inscrições. Volto a pedir à direção das bancadas que indique quem é que inscrevem.

Pausa.

Está inscrita a Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, do Grupo Parlamentar do Chega.
Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro: Com todo o respeito, as justificações que nos trouxe hoje não são suficientes.

Protestos do PSD.

O Sr. Primeiro-Ministro é advogado, sabia — ou devia saber — que a cedência das quotas à sua esposa era um ato nulo,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não é! Não é!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... portanto, se quis desfazer-se das quotas, naquela data, é porque bem sabia que havia um problema de conflito de interesses que agora está a tentar ignorar.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — A situação torna-se particularmente caricata, porque os funcionários conhecidos da empresa — e gostava que nos esclarecesse — são os seus familiares, nenhum deles com formação na área em que supostamente esta empresa presta os seus serviços. Portanto, pergunto: quem é que exerce a gerência, de facto, desta empresa? Quem forneceu os serviços que foram prestados, no valor de cerca de 750 milhões de euros?

Protestos do Primeiro-Ministro.

Vozes do PSD e da IL: — Eh lá!...

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Enganei-me.

Como é que o Sr. Primeiro-Ministro pode garantir que não serão feitos negócios com imobiliário, se o Sr. Primeiro-Ministro, supostamente, já não tem nada a ver com esta empresa? Ora, ou tem ou não tem. Por favor, queira esclarecer.

Mais: o Sr. Primeiro-Ministro acha normal ter a sede de uma empresa na casa de morada da sua família?

Protestos do PSD.

Portanto, com os seus funcionários a serem...

Continuação dos protestos do PSD.

Desculpem, mas o Primeiro-Ministro não é um cidadão normal como todos os outros cidadãos.

Aplausos do CH.

Mas retomemos: uma empresa que não tem *email* oficial, uma empresa que não tem *site*, como é que esta empresa angaria clientes?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — É por obra e graça do espírito santo ou é por obra e graça do Dr. Luís Montenegro e dos favores que pode prestar aos amigos?

Aplausos do CH.

Por isso pergunto se será esse o caso, precisamente, do novo Secretário de Estado da Administração Local e Coesão Territorial, Dr. Silvério Regalado, ex-Presidente da Câmara Municipal de Vagos, que, supostamente, fez cinco contratos de ajuste direto com o seu escritório de advogados.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — É muito simples, costuma-se dizer que «uma mão lava a outra»,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... portanto, «hoje dá-me os ajustes diretos, amanhã eu dou-lhe um tacho no Governo».

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, está-se a tornar uma situação demasiado recorrente não haver inscrições quando os partidos têm tempo.

Portanto, não acho razoável que fiquemos aqui suspensos à espera das inscrições. Se ninguém se inscreve, passamos mesmo ao encerramento, e desta vez vamos fazê-lo rapidamente.

Pausa.

Sr. Deputado Paulo Nuncio, tem a palavra, para uma intervenção.
Faça favor.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Vai dizer o quê?!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Mais um pedido para ir nas listas outra vez?!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Esta moção de censura diz mais sobre o seu proponente do que sobre o seu objeto — fictício e, como se viu, irrelevante.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então, e o «Sr. Presidente»...?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Para o Chega, qualquer boato serve para tentar derrubar o Governo. Friso bem: boato, não facto.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ao Chega não interessa a eventual consequência de uma censura, ou seja, deixar o País sem estabilidade, sem ter qualquer alternativa de Governo. É espantoso!

Num momento em que Portugal cresce quase três vezes mais que a média da zona euro, no ano em que os salários médios e as pensões cresceram significativamente, no ano em que o nosso País teve um *superavit*...

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

... em termos orçamentais,...

O Sr. **Ricardo Costa** (PS): — O PS é que teve um *superavit*!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... e no momento em que bruscas mudanças e estranhas alianças assolam o mundo, o Chega acha que a prioridade é derrubar o Governo com base num não-facto. Deputado André Ventura, a sua consideração pelo interesse nacional é nula; o seu sentido de Estado é zero; a sua relação com o bom-senso é, no mínimo, curta e intermitente.

Qualquer pessoa que conheça o funcionamento desta Assembleia sabe que isto não foi uma moção de censura. Poderia ter sido uma pergunta ao Primeiro-Ministro num debate quinzenal. Por isso, o que o Chega faz é um abuso rasteiro das figuras regimentais. O que querem é insultar as pessoas e gritar improperios. É esse o vosso mercado. Mas não é, certamente, um debate entre o Governo e a oposição.

Este debate teve outra curiosa originalidade: o tom de superioridade moral que o líder do Chega usa é uma fraude política que os portugueses hoje conhecem, tantos foram, e são, os casos graves e de natureza criminal — e, às vezes, mirabolantes — que vieram a público no Chega. Por isso, cai-vos em cima a hipocrisia...

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... de quem vem de dedo espetado a todos, mas é incapaz de pôr a mão na consciência e retratar-se perante os portugueses.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o assessor da Câmara de Lisboa?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Deputado André Ventura, à conta do Chega, passámos aqui uma tarde a discutir um não-facto e a debater uma não-demonstração. Ou seja, uma tarde ineficiente e inútil.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Não há benevolência que vos atenua a tendência para o disparate, o exagero, a inconsistência e, claro, a gritaria. Há dias assim...

Desejo um bom fim de semana a todos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Risos da IL, do L, do PAN e de Deputados do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — E como há dias assim, Sr. Deputado Paulo Núncio, nem lhe levamos a mal que não tenha cumprimentado a Mesa e as Sr.^{as} e os Srs. Deputados.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Tem razão, tem razão!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — É porque há dias assim, Sr. Deputado!

Aplausos do PS e do L.

Protestos do Deputado do CH Pedro Santos Frazão.

A Sr.^a Deputada Rita Matias pede a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Era para solicitar os bons ofícios da Mesa para distribuir um documento da Assembleia da República, que dá conta de que o Grupo Parlamentar do CDS, enquanto esteve na Assembleia da República — desapareceu e depois voltou — conseguiu apresentar cinco moções de censura, pelo que me parece que as figuras regimentais existem e estão aqui para serem usadas. É a democracia a funcionar.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — As moções de censura, como é óbvio, estão todas registadas, mas a Sr.^a Deputada pode fazer o favor de entregar o documento e a Mesa fá-lo-á circular.

Tem a palavra, para uma intervenção pela Iniciativa Liberal, o Sr. Deputado Rui Rocha.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Chegamos aqui, percebendo que, obviamente, esta é uma moção de censura precoce, que gerou muito entusiasmo e excitação, mas que não demora 2 minutos a destruir na sua fundamentação, é também importante, em todo o caso, para darmos alguma dignidade a este momento, fazer uma avaliação do que teria sido a prestação do Chega neste Parlamento se, por acaso, esta moção de censura tivesse sido aprovada hoje.

Olhemos ao princípio.

No princípio, houve uma eleição de um Presidente da Assembleia da República; contributo do Chega: que, a partir de metade da Legislatura, passássemos a ter um Presidente da Assembleia da República do PS.

Protestos do CH.

Segundo contributo do Chega: aprovação de um conjunto de propostas legislativas em muitas áreas, ao lado do PS.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Terceiro contributo: aumento da despesa, se por acaso uma parte dos seus contributos legislativos tivesse sido aprovada — milhares de milhões de euros a mais de custo ao Estado.

Quarto contributo: escândalos envolvendo os seus Deputados.

Protestos do Deputado do CH Pedro Santos Frazão.

Quinto contributo: momentos de boçalidade que são francamente inadmissíveis neste Parlamento.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Se caísse hoje, com esta moção de censura do Chega, este seria o contributo de André Ventura e dos seus, agora, outros 48 Deputados para a Legislatura neste momento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E qual é o vosso contributo? Não servem para nada!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Mas também devo dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que não saia daqui com a ideia de que está tudo a correr bem — e queria mesmo salientar que não está.

Esta derrota de André Ventura não pode ter como consequência que o Governo ignore os dados da realidade, que saia daqui com a convicção de que está a fazer bem, porque não está — em muitas áreas já tive oportunidade de o dizer.

E também devo dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que, tendo trazido um conjunto de explicações relativamente à empresa que aqui nos trouxe,...

Protestos do CH.

... temo bem que esta empresa continue a persegui-lo se não for capaz de dar explicações finais, definitivas, sobre toda esta matéria. E creio que o País mereceria não ser perseguido por este tipo de situações e que haveria vantagem em que saíssemos daqui — mesmo no que diz respeito aos clientes,...

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

... mesmo no que diz respeito à atividade em 2024, mesmo no que diz respeito à atividade em 2025 — com explicações definitivas sobre esta matéria.

É que uma coisa é certa: escândalos no Chega provavelmente continuarão a acontecer — já não há moção de censura e inventarão outras formas de tentar desviar as atenções —,...

Protestos do CH.

... mas também é verdade que é preciso total transparência. O Sr. Primeiro-Ministro contribuiu para isso, mas não foi até ao fim e creio que haveria vantagem em fazê-lo.

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares, que dispõe de 5 minutos e 33 segundos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O líder da IL defende melhor!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro: Estamos a chegar ao fim do debate da moção de censura, que tinha um objetivo. O objetivo era permitir ao Primeiro-Ministro responder no Parlamento, porque na comunicação social já tinha respondido a quem lhe tinha perguntado, às dúvidas, ou não-dúvidas, que se levantavam sobre o comportamento empresarial do Primeiro-Ministro antes de ser Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro optou por, de A a Z, apresentar os esclarecimentos que achou devidos à Câmara. Devo dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que é um exercício muito complicado. É um exercício muito complicado, porque acabámos de ver que ainda há grupos parlamentares que acham que os esclarecimentos podiam ter ido mais longe, mas também há quem, nos próprios grupos parlamentares, entenda que o Sr. Primeiro-Ministro fez demais.

Sou absolutamente insuspeito, porque creio que são conhecidas as minhas divergências políticas profundíssimas, do ponto de vista do combate político, com a Sr.^a Deputada Isabel Moreira. Mas para que todos percebamos como é difícil agradar a gregos e a troianos, escreve Isabel Moreira no decurso deste debate, no final da sua intervenção, Sr. Primeiro-Ministro: «A partir de agora, está aberto o concurso do “espelho meu, espelho meu, quem é mais transparente do que eu”. Um precedente gravíssimo, um desfiar de informação a que não temos de ter acesso».

Sr. Primeiro-Ministro, devo-lhe dizer que tive profundíssimas discordâncias com a Deputada Isabel Moreira, mas que a aplaudo, porque concordo com ela.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Na vida pública não é preciso ir tão longe como o Sr. Primeiro-Ministro foi para que o País saiba que temos um Primeiro-Ministro sério e absolutamente íntegro a chefiar o Governo de Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Esta moção de censura foi um autogolo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Liga para Bragança!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Chega marcou um golo na própria baliza.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Variadíssimos!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vai ao VAR (*video assistant referee*)!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Podíamos ter estado hoje no Parlamento a discutir uma economia que cresce a olhos vistos. Podíamos estar hoje a discutir no Parlamento um País que tem números recordes de portugueses empregados. Podíamos estar a discutir um País que tem paz social, que regista este ano menos 27 % de greves do que registou no ano anterior. Podíamos estar a discutir um País onde os rendimentos, os salários das pessoas crescem, um País onde as pessoas e as empresas pagam menos impostos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Um País onde os pensionistas veem a sua pensão no final do mês valorizada; um país, Sr. Primeiro-Ministro, que não deixa ninguém para trás e onde todos os apoios sociais têm subido, sobretudo para os que mais precisam, os beneficiários do complemento solidário para idosos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Podíamos estar a discutir, Sr. Primeiro-Ministro, como é que um País consegue ter números extraordinários de excedente orçamental e, ao mesmo tempo, a economia e os salários a crescer, os impostos a diminuir e o investimento público a aumentar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não metes gasóleo, de certeza! Impostos a diminuir...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ouvi com toda a atenção todas as bancadas e queria cumprimentar todas aquelas que apresentaram divergências das políticas — isto é a democracia a funcionar.

Quando discordamos politicamente das opções, estamos a valorizar a democracia e estamos a construir e a contribuir para os alicerces do regime.

Quando alinhamos no populismo, entendemos que as pessoas, para virem para a política, têm de nascer outra vez, ou renascer, não podem ter passado, nem podem ter futuro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH) — Não se podem é aproveitar da política!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quando entendemos que queremos políticos de cartão a representar os portugueses, estamos manifestamente a contribuir para o fim do regime que temos vindo a construir, e que é um regime saudável. Mas, nesta Casa, continuaremos a lutar por ele e a defender a democracia e a defender os portugueses.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não creio que tenhamos perdido uma tarde. Esta sessão foi importante para que o Primeiro-Ministro desse as explicações que devia dar na Casa da democracia, onde elas devem ser dadas. Foi importante para desmascarar a intenção política do Chega na apresentação da moção de censura. Foi importante para percebermos de que lado estão verdadeiramente cada uma e cada um dos Deputados na hora de censurar o Governo da República.

Já aqui trouxe um adágio popular, mas queria terminar com outro, que resume bem o debate da moção de censura. O Sr. Primeiro-Ministro falou das suas origens e das pastagens, mas deixe-me dizer-lhe: «Eles vieram tosquiar, saíram daqui tosquiados».

Aplausos do PSD (de pé), e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Rui Tavares, do Grupo Parlamentar do Livre. Faça favor, Sr. Deputado, tem 52 segundos.

Protestos do CH e contraprotestos do PSD.

Os Srs. Deputados têm de garantir silêncio na Câmara para que se ouça o Sr. Deputado Rui Tavares, se faz favor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro: Já toda a gente disse que esta moção de censura foi uma peça de teatro, faltou dizer o género, que foi a farsa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH) — Isso é o Livre! Farsa é o Livre!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Isto porque uma moção de censura serve para que o Governo caia e para que, depois, o povo o julgue. Mas não há ninguém que tenha menos interesse de ser julgado pelo povo, neste momento, do que o proponente da moção de censura...

Risos do CH.

... que não quer que alguém lhe pergunte na rua quantos «Arrudas» e quantos «Pardais» é que trazem nas listas desta vez.

Protestos de Deputados do CH.

A conversa que é preciso estar preparado para ter é com o País que quer erradicar a pobreza, é com o País que quer ver a economia subir na escala de valor, é com o País que vê um mundo perigoso e quer perceber que ideias há para a Europa.

No momento adequado para o País, no momento correto para o País, e não para os partidos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estás com 0,5 % na Madeira!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... o Livre tem essa conversa. Todos os dias, aquilo para que serve estar aqui no Parlamento não é para envergonhar o País, é para elevar a forma de fazer política.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E por isso, no dia que for adequado para o País e não para os partidos, o Livre dará as respostas que permitem que sejamos julgados de consciência...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, já tens mais um tacho!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É Bruxelas! É SIC!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Depois, vens aqui fazer de coitadinho!

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Neste momento não temos mais nenhuma inscrição, pelo que, se não as houver, passaremos para a fase de encerramento do nosso debate.

Pausa.

Inscreeveu-se, entretanto, a Sr.^a Deputada Alexandra Leitão, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Candidata à Câmara de Lisboa!

O Sr. **Presidente**: — Dispõe de 3 minutos para a sua intervenção.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Já aqui dissemos que a moção de censura que se debate hoje, na Assembleia, é uma manobra de diversão apresentada pelo partido Chega, e por isso votamos contra.

Não porque este Governo não mereça censura, como ficou claro aqui nas áreas da saúde, da educação, das políticas de juventude, em que nenhuma resposta foi dada. Nessas e noutras áreas de governação sucedem-se os fracassos e a ausência total de resultados que está à vista de todos, apesar das tentativas de manipular os números e da falta de prestação de informações pelo Governo.

Esta opacidade, estes erros e este silêncio relativamente aos números e aos dados são, aliás, uma imagem de marca deste Governo. Faz apresentações de programas e anúncios de medidas, sem direito a perguntas dos jornalistas. Quando faz conferências de imprensa, no fim do Conselho de Ministros, tem um número limitado de perguntas. O Primeiro-Ministro não fala à comunicação social, não informa, não explica, não esclarece.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

É um Primeiro-Ministro que lida mal com o escrutínio e com a transparência e que prefere, por isso, o silêncio perante a Assembleia e perante a comunicação social.

Confrontado com questões legítimas colocadas pelos órgãos de comunicação social e pela oposição, o Sr. Primeiro-Ministro remeteu-se longo tempo ao silêncio, contribuindo, dessa forma, para a opacidade, e pondo em causa a plena aplicação dos mecanismos democráticos de escrutínio. E optou, infelizmente, o que foi um claro erro político, por valorizar esta moção de censura do Chega, ao anunciar que seria no âmbito desta moção que prestaria os esclarecimentos. Mas, infelizmente, quase no fim do debate, continuamos à espera desses esclarecimentos.

Protestos do PSD.

Não porque o Sr. Primeiro-Ministro não tenha optado por dar detalhes irrelevantes da sua vida privada...

Protestos do Deputado do PSD Emídio Guerreiro.

... para atestar uma aparente transparência.

Sr. Primeiro-Ministro, transparência é dizer o que é relevante, não é dizer o que é irrelevante, por mais que isso seja uma aparência de privacidade.

Aplausos do PS.

E foi isso, Sr. Primeiro-Ministro, que, de forma um pouco sófistica, o Sr. Hugo Soares referiu,...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — O Sr. Deputado!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — ... quando citou a Sr.^a Deputada Isabel Moreira.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, deixo-lhe três perguntas concretas, juridicamente fundamentadas, às quais ainda não respondeu aqui. A primeira: estão cumpridas as obrigações declarativas que se impõem, nos termos do artigo 13.º da Lei do Estatuto dos Deputados — a identificação das pessoas coletivas, públicas e privadas, a quem foram prestados serviços?

Segunda: está em condições de esclarecer se as obrigações contributivas que decorrem do quadro do regime fiscal de transparência fiscal das sociedades profissionais de advogados, foram ou não cumpridas, tendo em conta que há indícios da prática de atos de consultoria jurídica?

Protestos do PSD.

Terceira: está o Sr. Primeiro-Ministro em condições de esclarecer os termos em que foram prestados os serviços jurídicos de consultoria que, por sinal, nos termos da lei dos atos próprios dos advogados vigente à data, só podiam ser prestados por sociedade de advogados?

São três perguntas concretas que ainda não foram aqui feitas. Gostaria que...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Só tenho mais a inscrição da Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, para uma intervenção de 37 segundos. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente: Em jeito de balanço deste debate que está a chegar ao fim, quero tirar, na verdade, duas conclusões. A primeira é que foi correto ter trazido a lei dos solos para debate na Assembleia da República, numa apreciação parlamentar conjunta com outros partidos. A segunda conclusão é que essa lei é errada.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Concordo!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É uma porta aberta para conflitos de interesses, é uma porta aberta para a especulação e a única coisa que não conseguimos perceber ainda é porque é que o Chega votou a favor e permitiu que essa lei estivesse em vigor, com a abstenção do Partido Socialista em apoio ao Governo e à bancada do PSD.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, para a última intervenção ainda nesta parte, tem 1 minuto e 4 segundos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente: Esta intervenção será muito rápida, porque terei o encerramento desta moção.

Só queria dizer que concordo consigo, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua. Concordo mesmo. Acho que vir aqui ao Parlamento defender as trabalhadoras e despedi-las quando estão grávidas é de uma hipocrisia tremenda e incapacitada.

Aplausos do CH.

Protestos do BE.

Concordo consigo. Repito: eu concordo consigo! Agora investigações, como aquelas que estão sobre o Bloco de Esquerda, por ter despedido trabalhadoras grávidas, ai meu Deus! Claro que concordamos, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É mentira! Não é grávidas, é lactantes!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É pior!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Até concordamos, Sr.^a Deputada, que não devíamos ter sedes, dentro ou fora de empresas, que promovem a imigração ilegal.

Aplausos do CH.

Achei graça a Sr.^a Deputada vir aqui dizer: «Ai, os Deputados do Chega e o Bloco de Esquerda...»

Acho que é isto mesmo: o Bloco de Esquerda, para além de ter angariação de imigrantes ilegais ali mesmo no seu espaço, tem outra coisa, tinha o Robles! O Bloco de Esquerda é a maior imobiliária deste País, e só isso já merece este debate.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento da Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, que dispõe de 8 segundos, mais a tolerância.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado André Ventura, ponto um da cartilha internacional do Chega: se és acusado com factos, responde com mentiras.

Protestos do CH.

Sr. Deputado, tudo o que eu disse na minha intervenção sobre o financiamento imobiliário e as empresas imobiliárias do Chega está nesta pasta e pode ser distribuído.

A oradora exibiu o documento que mencionou.

Desafio-o a apresentar um documento para suportar as mentiras que aqui disse agora.

Aplausos do BE e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, dispõe de 10 segundos, mais a tolerância, para responder.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, nem preciso de 10 segundos, porque é sabido pelo País todo...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Que você é um aldrabão!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... que o Bloco de Esquerda, através do seu líder parlamentar, ligou para as funcionárias e disse: «Já não precisas de vir amanhã, estás despedida».

Risos de Deputados do CH.

Todos sabemos também que isso está sob investigação.

Ó Sr.^a Deputada, faça uma coisa: meta vergonha e cole-a na cara.

Aplausos do CH.

Protestos do BE e contraprotestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, para a intervenção de encerramento em nome do Governo, tem a palavra.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Doeu, não doeu?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — «Quem diz o que quer, ouve o que não quer!»

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Por isso é que o Fabian estava calado!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Chama mas é a ambulância, saís daqui de rastos!

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

O Sr. **Presidente**: — Só um minuto, Sr. Primeiro-Ministro.

Srs. Deputados, vamos entrar na fase de encerramento e vai usar da palavra, em primeiro lugar, o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 10 minutos para a sua intervenção.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Vivemos mudanças profundas, porventura, a maior transformação geopolítica desde a II Guerra Mundial.

Diante de nós surge um mundo novo, mais incerto e inseguro, que requer, como nunca na nossa democracia, um Governo firme e determinado, que garanta estabilidade e previsibilidade ao País, aos cidadãos, às famílias, às empresas.

Em tempos tão desafiantes, o País não precisa de hesitação, que assenta em receitas do passado, nem de populismo, que assenta em fantasias do futuro. Do que o País precisa é de liderança com coragem, é de firmeza com prudência, garantindo o rumo transformador que resolve os reais problemas das pessoas.

Este Governo tem demonstrado que, em tempos de fragmentação, sabe liderar rumo à melhoria da vida dos portugueses, à estabilidade, à aceleração da economia e à salvação do Estado social.

O Governo liderou e vai continuar a liderar. E nada — mesmo nada! — nos vai desviar deste rumo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Connosco, não vale sacrificar as aspirações dos mais jovens à sedução eleitoral dos menos jovens. Não vale repudiar o contributo do setor social e da iniciativa privada para a realização dos direitos sociais. Não vale fazer política defendendo que a segurança, a ordem e as instituições fortes são inimigas da liberdade. Não vale passar a ideia de que a Nação e a tradição são contrárias ao progresso ou de que só se pode respeitar os direitos das minorias esquecendo os problemas maioritários das pessoas concretas.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Temos defendido o contrário.

Sim, é possível baixar os impostos para os jovens enquanto se aumentam as pensões, a segurança e o acesso à saúde para os mais velhos.

Sim, é possível salvar o Estado social e os serviços públicos essenciais, enquanto se mobiliza oferta privada e social para garantir um acesso universal.

Sim, é possível restaurar a paz e a dignidade dos trabalhadores da função pública enquanto se valoriza o esforço de todos os trabalhadores.

Sim, é possível regular a imigração com capacidade e dignidade na integração dos imigrantes, assegurando tranquilidade e prosperidade para todos.

Sim, é possível casar o progresso com a tradição, a história, a cultura e os valores da Nação.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sim, é possível redistribuir mais e melhor quando se aposta a sério em fazer crescer o rendimento.

Reafirmo: este Governo liderou e vai continuar a liderar na descida dos impostos sem pôr em causa o equilíbrio financeiro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O tempo da desculpa das contas certas para aumentar impostos e degradar serviços públicos acabou.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós somos o Governo de um novo consenso, de um novo contrato social. Um Orçamento de contas certas é compatível com o aumento dos salários, das pensões, do investimento público e com uma das maiores inovações dos últimos 50 anos: não aumentar um único imposto no Orçamento do Estado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Liderámos e continuaremos a liderar nas políticas da juventude. Nunca houve um regime de IRS tão favorável para os jovens. A isenção de IMT já deu acesso a casa a dezenas de milhares de jovens. Para nós, os jovens são uma prioridade e nunca desistiremos, por todos os meios, de lutar para atrair jovens do estrangeiro e para atrair os jovens portugueses que estão no estrangeiro, para regressarem e para que se fixem aqui em Portugal.

Liderámos e continuamos a liderar na imigração. Quando eliminámos as manifestações de interesse, acabámos com as portas escancaradas.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quando reforçámos todos os recursos nesta área, criámos condições para regularizar com dignidade e segurança os trabalhadores estrangeiros. Privilegiámos o direito e a ordem sobre o caos e a desordem.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Privilegiámos a integração e o humanismo sobre o preconceito e o ódio.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Também a segurança é agora um valor consensual.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Graças ao Chega!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Um país seguro é um país livre. Não há liberdade sem segurança. A segurança é também um ativo económico fundamental: atrai mais investimento e atrai mais talento. Somos um dos países mais seguros do mundo, mas nada está garantido. Basta olhar para a evolução de alguns países do norte da Europa.

Liderar é apoiar as forças de segurança, dotá-las de melhores recursos, de tecnologia, de formação, apostar na proximidade e na visibilidade. É agir com firmeza contra o crime organizado e violento.

Risos do Deputado do CH André Ventura.

Este é o nosso compromisso: um país seguro e próspero.

Liderámos e continuamos a liderar na agenda social, no reforço do acesso à saúde, à educação e à habitação.

Aumentámos o investimento público e valorizámos os trabalhadores do setor público em todos os seus setores. E também mobilizámos o esforço privado e social para cumprir o objetivo de servir os cidadãos. Em serviços tão críticos, o que interessa não é quem serve, mas quem precisa de ser servido.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Os portugueses não precisam de ideologia, precisam, sim, de melhor saúde, de mais educação, de mais habitação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Do novo aeroporto ao passe ferroviário nacional verde, da paz com os funcionários públicos ao aumento dos salários médios para todos, da redução de impostos ao aumento das pensões, do alargamento do complemento solidário para idosos à gratuidade dos medicamentos para os mais frágeis, da diminuição dos alunos sem aulas ao aumento das pessoas com médico de família, do combate à burocracia à aceleração do investimento público, nós temos um rumo, temos uma visão, temos um roteiro para a transformação de Portugal.

E a cada dia, o País responde, o País está a corresponder com a economia e com o emprego a crescer, com a dívida pública e a dívida externa a decrescer, com os rendimentos e os salários a aumentar. Portugal é hoje, para quem cá está e aos olhos da Europa, um país de estabilidade e um país de esperança.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas realizar esta esperança exige um Portugal em movimento, exige mais ação. Mais ação na atração de investimento, nacional e estrangeiro, como o enorme projeto industrial que assinaremos na próxima semana com a CALB (China Aviation Lithium Battery), de 2000 milhões de euros, para a construção de baterias elétricas, gerando 1800 empregos; ou diversificando mercados, potenciando parceiros clássicos, como ainda esta semana fizemos no Brasil.

Mais ação a simplificar, a combater a burocracia administrativa e fiscal, a acelerar procedimentos, a agilizar a contratação pública e a reformar a Administração Pública.

Em breve, anunciaremos mais impulsos decisivos e estruturais no desenvolvimento das infraestruturas de transportes e urbanização e bem assim na transição ecológica e na transição digital, investindo, por exemplo, no grande projeto Água que Une ou na digitalização e inteligência artificial.

Continuaremos a liderar com uma nova agenda social, voltada para combater as quatro chagas sociais concretas que têm um enorme impacto na vida de cada pessoa e de muitas famílias: violência doméstica, aumento da toxicodependência, multiplicação dos sem-abrigo e uma dimensão enorme na sinistralidade rodoviária. São quatro flagelos que interrompem vidas, que arrasam famílias, que destroem sonhos.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, este Governo tem respondido à crescente instabilidade exterior com uma liderança estabilizadora no seio do nosso País. Liderar pela estabilidade é condição de sucesso para o futuro do País.

Também por isso, assumo aqui um compromisso, que é um pedido para todos: vamos segurar este grande ativo que é a nossa estabilidade. Vamos, a partir dele, construir mais crescimento, criar mais riqueza e, através de mais crescimento e de mais riqueza, ser mais justos e oferecer uma oportunidade a todos.

É esse o caminho de liderança, de estabilidade e de esperança de que Portugal precisa e é disso que nós vamos continuar a falar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, dispondo de 10 minutos para a sua intervenção.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro: Chegámos ao fim do debate de uma moção de censura em que aquilo que esperávamos aconteceu.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Primeiro-Ministro não conseguiu responder a nenhuma das mais importantes questões que aqui o País exigia que respondesse.

Aplausos do CH.

Protestos do PSD.

Não conseguiu responder uma, não conseguiu responder duas, não conseguiu responder três vezes, e quanto mais as perguntas ficavam concretas, mais o Primeiro-Ministro fugia a responder.

O Sr. Primeiro-Ministro tinha 10 minutos para encerrar este debate, mas não se referiu uma única vez ao motivo que nos traz aqui, ao conflito de interesses entre uma empresa sua, ou familiar, e o Estado português, ou os negócios envolvendo o Estado português. Não conseguiu explicar uma única vez, após ser questionado, que clientes foram estes e porque é que não os revelava aqui.

Protestos de Deputados do PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, não vale a pena gritar e dizer que é muito transparente, que quer agora andar para a frente. Quero deixar aqui esta garantia aos portugueses: não desistiremos enquanto não estiver tudo esclarecido sobre a integridade do Primeiro-Ministro de Portugal.

Aplausos do CH.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, aqui estão as perguntas a que talvez queira esta noite responder — não sei se com ou sem dossiê —: quais eram estes serviços que foram feitos dentro dos vários CAE que foram abertos e qual a faturação dessa mesma sociedade?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não é possível! Outra vez?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Sr. Primeiro-Ministro decidiu brincar e dizer que tinha pequenos terrenos não sei onde, que até poderíamos ter uma oferta dos terrenos dele. Mas nós não queremos ofertas dos seus terrenos, Sr. Primeiro-Ministro, o que queremos é que explique como é que faturou centenas de milhares de euros numa pequena empresa com terrenos rústicos em Portugal. Como?! Como é que o fez?

Aplausos do CH.

Quem trabalhava e quem trabalha para esta empresa? Se todos sabemos que só o Primeiro-Ministro tem para isto competência, que atos fez, nomeadamente depois de deixar ou de formalizar a saída da empresa em julho de 2022? Isto porque há atos que, evidentemente, só o Sr. Primeiro-Ministro poderia fazer — enquanto líder do PSD ou enquanto Primeiro-Ministro de Portugal — e em todos eles, pelo menos aparentemente, conflitua com os interesses dominantes.

Protestos de Deputados do PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, já nos disse hoje que esta era uma pequena empresa com pequenos terrenos rústicos. Se é assim, estou certo de que não há de haver nenhum problema em revelar quem foram aqueles que pagaram e que contribuíram para esta faturação. E estou certo de que não haverá nenhum problema, nem vamos aqui encontrar nenhuma autarquia daquelas que o PSD tem ou que o PSD teve ou com as quais o Sr. Primeiro-Ministro teve alguma ligação comercial.

Aplausos do CH.

É a isto que é preciso responder.

Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.

O Sr. Primeiro-Ministro sabia ou não que o Ministro da Coesão Territorial tinha participações numa imobiliária? O Sr. Primeiro-Ministro sabia ou não que havia membros do seu Governo com participações imobiliárias?

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares e do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.

Sim, Sr. Deputado Hugo Soares, não tenha nenhum problema com isso, porque, por nós, amanhã, toda a Casa, todos os Deputados, todo o Parlamento saberá.

Protestos de Deputados do PSD e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

Mas tem de prometer uma coisa, isto é, que estes senhores, na bancada do Governo, são os primeiros a dizer tudo o que têm e a garantir que não conflituam com o interesse público.

Aplausos do CH.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E os Deputados do Chega?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, não é por sair daqui hoje com um discurso sobre o futuro ou sobre o passado que vai apagar as verdadeiras questões que interessam. Houve, ou não, benefícios na sua sociedade — benefícios de que uma sociedade, nomeadamente uma imobiliária, não poderia beneficiar —, por ter sede na sua própria casa?

O Sr. Primeiro-Ministro disse que era proprietário de pequenos terrenos rústicos e apontou para os Deputados. Disse, também, que nos convidava a ir lá visitá-los. Nós fazemos-lhe outro convite: como com o dossiê que trouxe, aquando da questão da sua casa, traga agora um com todos os detalhes da faturação dos clientes, para sabermos se houve, e em que momento houve, dinheiro público nestas empresas que estiveram na base da sua contratação. Era muito simples.

Aplausos do CH.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Falso!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Já chateia!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Porém, Sr. Primeiro-Ministro, este debate trouxe-nos outras coisas interessantes. O CDS, já sabemos, tornou-se uma muleta do Governo.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É uma obsessão! É uma obsessão que o Chega tem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O CDS vem e diz: «O Chega quer esconder os seus casos.» Era o mesmo que dizer, Sr. Paulo Núncio, que o Sr. Deputado queria excluir a fraude eleitoral do seu partido ou os submarinos que naufragaram com o CDS.

Aplausos do CH.

No caso do Sr. Deputado Rui Rocha, era o mesmo que eu dizer, quando o Sr. Deputado diz que podia apontar 5, 6 ou 7 casos, que tudo o que traz aqui é porque o Mayan ainda não lhe tirou a eleição, mas andou a roubar na junta de freguesia, que a Iniciativa Liberal esteve lá a votar!

Aplausos do CH.

Sabemos que donos de empresas de comunicação social fazem donativos à Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ah!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso é falso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E vêm aqui dizer: «transparência!». Não, Sr. Deputado Rui Rocha. Transparência é quando a nossa própria casa é mais desgovernada do que um bacanal, que é o que acontece na Iniciativa Liberal.

Aplausos do CH.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Um bacanal?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Deputada Paula Santos, a Sr.^a Deputada sobe a este púlpito e diz que «o Chega não esconde, nem engana ninguém, porque o Chega é amigo dos magnatas do imobiliário». Diz isto o mesmo PCP que vende sedes de compra e revenda, em Aveiro e noutras partes do País, que vende sedes para se financiar, e vem aqui dizer que o Chega tem imobiliários nas suas hostes. Ó Sr.^a Deputada, é o mesmo que a Deputada Mariana Mortágua. É só ter um pingo de vergonha e de decência nessa bancada.

Aplausos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, vale mesmo a pena a transparência. Ouvi-o hoje, com atenção, virar-se para o Presidente do Chega e dizer «se eu tivesse sido eleito Presidente do PSD, em 2018, nunca teria havido o Chega, e hoje nós seríamos uma espécie de “unha com carne”, no Governo de Portugal».

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Vozes do PSD: — Ah! Não, não!

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Até a citar é mau!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pois bem...

Continuação de protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente:** — Peço aos serviços para pararem a contagem do tempo.

Continuação de protestos do PSD e do CDS-PP.

Srs. Deputados, peço silêncio, para o Sr. Deputado André Ventura poder continuar.
Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, existe, em toda a nossa história, uma única foto entre nós.

Neste momento, o orador exibiu a fotografia que referiu.

Uma foto entre nós, antes do Chega e antes da sua liderança do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Passou a campanha a mendigar, mas nem assim!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas, espantem-se! Essa foto não é de mim, num ato de campanha de Luís Montenegro. Essa foto não é de mim a apoiar nenhuma candidatura de Luís Montenegro. É de Luís Montenegro a correr para Loures, para andar ao meu lado e tirar fotografias na campanha eleitoral. É a única que há nessa matéria!

Aplausos do CH.

Risos do PSD.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Que ridículo!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É a única que há nessa matéria, com uma mensagem de Luís Montenegro, espantem-se, a dizer: «Este “gajo” é mesmo bom!»

Risos e aplausos do CH.

Risos do PSD, do PS e do CDS-PP.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Estavam os dois de cravo ao peito!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Este «gajo» era eu, em 2018. Era eu em 2018. Imaginem, era eu em 2018! Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Hugo Soares, não sei se a transparência pode, ou não, destruir a democracia; não sei se o «espelho meu, espelho meu» pode, ou não, destruir as bases em que sustentamos este Regime.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ó, pá!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas sei uma coisa: sei que há momentos em que um Parlamento tem de exigir integridade e honestidade ao seu Primeiro-Ministro.

Protestos do PSD e do Deputado do L Rui Tavares.

Sei que há momentos em que um Parlamento tem de fazer as perguntas que importam, mesmo que isso incomode o sistema instalado — sim, Sr. Primeiro-Ministro! — de 50 anos de domínio entre PSD e PS.

E, sim, Sr. Deputado Hugo Soares, temos mesmo de saber quando o dinheiro público é usado para fazer ajustes com pessoas com quem tínhamos relações comerciais, quando o dinheiro público é usado para fazer ajustes ou negócios com pessoas com as quais lidámos ou do nosso círculo familiar. Sim, o País tem de saber e não pode ignorar, por uma razão que hoje nos traz aqui a todos: ninguém está acima da lei e a transparência é para todos, a começar pelo Primeiro-Ministro de Portugal e pelo Governo de Portugal.

Aplausos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, o ato falhado da sua última declaração mostra bem como não quis responder a Portugal e como o Parlamento terá de desencadear, agora, outros mecanismos de fiscalização...

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

... sobre aquilo que ficou mal esclarecido nesta situação.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Uma comissão de inquérito já!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nós sabemos porquê: o PSD quer olhar para o lado e os Deputados do PS preferem não tocar no assunto, não vá o assunto dar uma volta e cair na bancada do Partido Socialista. Foi o sistema que se protegeu durante anos, agora a fazer exatamente a mesma coisa.

Daqui, da nossa parte, fica o compromisso de que esta tarde valeu mesmo. Valeu, só e já, por uma coisa — e atentem bem nisto, todos os que em casa estão: é a primeira vez, na história de Portugal, que um Primeiro-Ministro é chamado ao Parlamento não só nem exclusivamente pela sua governação, mas pela sua integridade e pela luta contra a corrupção.

Aplausos, de pé, do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não conheces a história de Portugal!

O Sr. **André Ventura** (CH): — «Este “gajo” é bom!» Ouviram?!

O Sr. **Presidente**: — Vamos para a fase das votações. Pedia a todos os Srs. Deputados o favor de fazerem o respetivo registo de presença, para a verificação do quórum.

Como sabem, esta vai ser uma votação eletrónica e, quando eu chamar para a votação eletrónica, agradecia que os Srs. Deputados se levantassem e carregassem no botão respeitante ao seu sentido de voto.

Como habitualmente, se algum dos Srs. Deputados tiver dificuldade no seu registo, peço o favor de o assinalarem, para que os serviços possam tê-los em conta.

Pausa.

Sr. Deputado Cristóvão Norte, temos, aparentemente, um problema: estamos a vê-lo e não está registado.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Mas eu estou aqui, Sr. Presidente...

Risos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Eu sei, mas na votação não estará.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Pode ser inteligência artificial, como o outro!...

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Parece que, agora, está tudo correto. Então, peço a atenção da Câmara.

Começo por anunciar que há Deputados a acompanhar remotamente a sessão, e foi essa a verificação que estivemos a fazer. No total, há 225 Srs. Deputados que vão votar, portanto, temos quórum.

Vamos então votar a Moção de Censura ao Governo n.º 1/XVI/1.^a (CH) — Pelo fim de um Governo sem integridade, liderado por um Primeiro-Ministro sob suspeita grave.

Submetida à votação, não obteve os votos da maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções, tendo-se registado 172 votos contra (78 do PSD, 76 do PS, 7 da IL, 4 do BE, 4 do L, 2 do CDS-PP e 1 do PAN), 49 votos a favor (48 do CH e 1 do Deputado não inscrito Miguel Arruda) e 4 abstenções (do PCP).

Aplausos, de pé, do PSD e do CDS-PP.

Despeço-me do Governo, do Sr. Primeiro-Ministro, das Sr.^{as} e dos Srs. Ministros. Bom trabalho e bom fim de semana! Recuperem do *jet lag*, quem o tiver.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ainda não acabou! Não acabou!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Olhe para trás de si, para a sua bancada!

O Sr. **Presidente**: — A nossa ordem do dia para 26 de fevereiro, quarta-feira, às 15 horas, é constituída por um ponto único: o debate da Interpelação ao Governo n.º 5/XVI/1.^a (PCP) — Política geral, centrada na degradação da situação social do País em consequência da política de direita.

Estão encerrados os nossos trabalhos. Bom fim de semana.

Eram 18 horas e 49 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.